

**Preservação ambiental,  
conflitos e democracia em área  
protegida: o caso do Parque  
Estadual da Ilha Grande (PEIG)**

Curso de Especialização em Sociologia Urbana

2008-2009

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

LAURIANNE ROBERT-GRANDPIERRE

# **Preservação ambiental, conflitos e democracia em área protegida: o caso do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Sociologia Urbana, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção do grau de pós-graduado em Sociologia Urbana.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosane Prado

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosane Prado

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

---

Prof Dr Ronaldo Castro

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Gláucia Oliveira da Silva

*Universidade Federal Fluminense*

## RESUMO

Desde a sua criação em 1971, o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) (Angra dos Reis, RJ) gerou vários debates e conflitos em torno do tema da “preservação ambiental”, ou seja, do *quê* proteger e de *como* proteger.

Este trabalho analisa as representações sociais e os significados a respeito dos “problemas ambientais” da Ilha Grande, em particular da Vila do Abraão. Mostramos como a administração do PEIG lida com este espaço a ser preservado, e como a população local percebe as atuações deste órgão de proteção ambiental. Avaliamos as vivências e as implicações da imposição de uma série de leis ambientais ligadas à implantação e à ampliação (2007) do Parque. Discutimos também os mecanismos de gestão do PEIG utilizando o conselho gestor como indicador das formas de participação social.

Refletir sobre as relações *comunidade – órgão de proteção ambiental* permite sublinhar, mais uma vez, a importância de desenvolver um modelo de gestão ambiental participativa adequado a realidade da Ilha Grande, para garantir a sustentabilidade e a preservação tanto do Parque como da população local.

**Palavras-chave:** Preservação ambiental, Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), Gestão participativa.

# SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	5
1.1	Problemática .....	6
1.2	Campo de pesquisa .....	7
1.2.1	Metodologia.....	8
1.2.2	Referencial teórico .....	9
1.2.3	Importância do trabalho .....	10
1.2.4	A Ilha Grande em questão.....	10
2.	VOCÊ FALOU DE PROTEGER? VISÕES E DIVISÕES NO PARAÍSO. 13	
2.1.	Os (grandes) problemas ambientais da Ilha Grande .....	13
2.1	Quem protege o quê? Percepção e significados.....	16
3.	O PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE: REPRESENTAÇÕES E INTERPRETAÇÕES .....	19
3.1	A respeito da história do Parque Estadual da Ilha Grande.....	19
3.2	Da criação do PEIG à sua “saída do papel” .....	21
3.2	Entre saber científico e visões locais: conflito em área protegida.....	30
4.	DA GESTÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO .....	33
4.1	As políticas públicas voltadas à proteção ambiental no Brasil .....	33
4.2	Sobre os instrumentos de gestão de uma unidade de conservação.....	35
4.3	Participação social e gestão do PEIG: obstáculos & perspectivas.....	37
5.	CONCLUSÃO.....	44
	NOTAS .....	47
	ANEXO.....	48
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

“Les représentations de l’environnement sont ancrées dans des formes culturelles diverses.  
La nature se prête particulièrement à l’exposé de ces différences culturelles.  
C’est pour cela que la communication sur la nature ne réduit pas la distance,  
mais au contraire l’amplifie.”  
(Eder, K. 2000, citado em H. Catão, 2008:14)

## 1. INTRODUÇÃO

A temática da preservação do meio ambiente é um dos temas mais debatidos nestas últimas décadas: como proteger os recursos naturais das gerações presente e futura? Como promover a utilização sustentável dos recursos renováveis<sup>1</sup>?

A criação de áreas protegidas, entendida aqui como “*a delimitação de parcelas do território nacional para a preservação e/ou a conservação da natureza, pelo ou com o aval do Estado*” (Medeiros, Irving & Garay:16), é uma prática antiga das sociedades ocidentais. No Brasil, este debate está presente a partir da colonização. Ele vai se reforçando nas décadas seguintes à medida que se fortalece a relação de independência do homem com os recursos naturais.

A discussão sobre a gestão participativa de uma unidade de conservação ganhou força e tornou-se um tema fundamental da proteção ambiental. No Brasil, a promoção da participação social na gestão de área protegida adquiriu contornos mais evidentes no início dos anos 2000. Hoje em dia, mesmo se o debate sobre a preservação do meio ambiente assume novos elementos teóricos e práticos de gestão dos recursos naturais, a questão da preservação ambiental *participativa* precisa ainda uma atenção particular, tanto das políticas públicas como do poder público e da sociedade em geral.

No caso do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) (Angra dos Reis, RJ), como em outras regiões do Brasil, a criação dessa área protegida gerou polêmicas e conflitos de visões do mundo e revela os limites dos mecanismos atuais de proteção da natureza. Este estudo de caso pretende enriquecer a reflexão sobre a inclusão social na gestão das áreas protegidas no Brasil. Analisando as relações *comunidade – órgão de proteção ambiental*, nosso objetivo é sublinhar mais uma vez a importância de garantir um modelo de proteção da biodiversidade que esteja em harmonia com as populações locais envolvidas.

O Parque Estadual da Ilha Grande, administrado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA)<sup>ii</sup>, foi criado em 1971. Até a sua ampliação em fevereiro 2007, notadamente por falta de recursos suficientes, o PEIG não consegue cumprir os objetivos que um Parque deve desempenhar. Trinta e seis anos depois, a ampliação do PEIG marca o início do processo de aquisição das condições necessárias para os técnicos do INEA poderem começar a implantá-lo.

Durante esses anos, a administração do Parque não conseguiu mostrar resultados à população local. De tal modo, o PEIG ganha uma imagem negativa, pois é visto pela comunidade como uma instituição punitiva e autoritária. Proibindo notadamente o uso dos recursos da mata e do mar, as legislações ambientais vinculadas ao Parque transformaram a relação da população com o meio ambiente e marcam o início de uma série de confrontos entre a população local e o discurso ambientalista.

## 1.1 Problemática

Este trabalho tem dois objetivos principais. Primeiramente, pretende avaliar o impacto da implantação (1971) e da ampliação (2007) do Parque Estadual da Ilha Grande, ressaltando as tensões entre as leis ambientais e as visões locais, especificamente na Vila do Abraão. Trata-se de analisar a relação entre os diferentes discursos a respeito da preservação ambiental. Quais são as conseqüências da imposição das legislações ambientais? Como a comunidade local percebe e lida com a lógica ecologista? Mesmo sendo a proteção ambiental uma preocupação para boa parte dos atores sociais presentes na Ilha Grande, nem todos consideram as atuações do PEIG eficientes e razoáveis para alcançar este objetivo. Em segundo lugar, trata-se de analisar os mecanismos de gestão do PEIG. Neste contexto, serão considerados os instrumentos teóricos disponíveis para a gestão das áreas de proteção ambiental, com enfoque sobre o elemento fundamental e indispensável para pensar a preservação ambiental: a participação social das populações locais.

O primeiro capítulo diz respeito à percepção dos problemas ambientais na Ilha Grande. O que é um problema ambiental? Quem protege o quê? A partir dos relatos dos entrevistados, vamos mostrar o que, segundo eles, é considerado como problema ambiental e quais são os principais da Ilha Grande. Vamos ver que a noção de

“proteger” e de “preservar” não tem os mesmos significados para todos os atores sociais envolvidos.

O segundo capítulo deste trabalho trata das representações sociais vinculadas ao Parque Estadual da Ilha Grande. Mostramos como o PEIG foi implantado e recebido pela população local, tanto no momento da sua criação em 1971 como no da sua ampliação em 2007. Vamos ver que a implantação do PEIG e as leis ambientais a ele vinculadas mudaram o padrão de relacionamento com o meio ambiente e marcam o início de uma relação conflitante entre os moradores e o discurso ambientalista dos técnicos “de fora”. Vamos usar a noção de *conflito* desenvolvida na teoria social para pensar nessas visões conflitantes.

Finalmente, analisamos os mecanismos de gestão de uma unidade de conservação. Apontamos elementos teóricos de gestão de unidade de conservação mostrando os principais problemas relacionados à administração atual do PEIG. Para melhor entender a problemática da criação de parques no país, ressaltamos também elementos constituintes da história das políticas públicas voltadas à gestão ambiental. No último capítulo, nossa preocupação principal é a questão da integração social das populações no processo de gestão. Usaremos o conceito de *governança* para refletir sobre a questão de democratização da proteção da natureza enquanto patrimônio de todos.

## 1.2 Campo de pesquisa

O trabalho presente é o fruto de uma pesquisa de campo realizada na Vila do Abraão no início do ano de 2009. Enquanto moradora do Abraão durante quase dois anos, tive a oportunidade de conversar com diferentes pessoas. Essas discussões despertaram meu interesse a respeito do Abraão. Mais tarde, as questões relacionadas ao PEIG passaram a me interessar particularmente. Para entender melhor os mecanismos e as representações sociais relacionadas ao PEIG, comecei participar dos conselhos consultivos e das diferentes reuniões na Sede do parque, no Abraão. Através de reuniões e encontros com especialistas sobre a questão, recolhi material suficiente para saciar minha curiosidade e começar a redação do presente trabalho.

Esta pesquisa representa muito para mim, pois ela é o resultado da minha vivência no Abraão, uma vivência marcada de paixão e de amargura pelo lugar. Muito

amei e amo este lugar, porém, ao mesmo tempo, quanto maior era meu conhecimento, mais me dava conta dos problemas sócio-ambientais que colocam a Ilha Grande em perigo. De natureza otimista, tive meu otimismo alimentado através de pessoas incríveis que conheci e que lutam para melhorar as condições sociais, econômicas e ecológicas. Acredito que este conjunto de esforços vai trazer soluções para o futuro deste, que, como tantas outras pessoas, eu também considero um pedaço de paraíso.

Agradeço a todas as pessoas que se mostraram dispostas a compartilhar comigo uma parte da sua história, certezas e dúvidas. Para mim, além do objetivo de produção acadêmica, cada encontro foi um enriquecimento pessoal muito intenso. Agradeço também especialmente a minha orientadora Rosane Prado, por suas dicas e comentários fundamentais, e ao meu marido por seu apoio e sua paciência

### *1.2.1 Metodologia*

Para essa pesquisa, além de conversas informais e de ter participado de vários encontros na Sede do PEIG - especificamente dos conselhos consultivos - entrevistei treze moradores da Vila do Abraão referidos abaixo com nomes fictícios. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Dos treze entrevistados, seis nasceram na Ilha Grande (Seu Wiliam, Leonardo, Georginho, Seu Zé, Seu André e Mariana). Seu Wiliam nasceu em 1930 no Abraão. Ele trabalhou no presídio do Abraão - instituição que marcou fortemente a história do Abraão como vamos ver mais à frente - e no Salva-Mar, onde era responsável pelo transporte dos presos. Ele trabalhou também na fábrica de sardinha que teve um papel econômico importante na Vila nos anos 30' e 40'. Leonardo tem 35 anos e é proprietário de uma pousada, terreno que era do seu pai e avôs. Georginho tem 47 anos, é aposentado da marinha e mora na Praia Comprida. Seu Zé nasceu em 1960 no Abraão, trabalhou no presídio e foi administrador regional. Seu André tem 65 anos e é pescador tradicional (caiçara). Ele mora com a sua família e vive de pesca. Mariana nasceu em na Praia do Aventureiro. Ela se formou no Rio de Janeiro e trabalha há 30 anos na escola do Abraão.

Os sete outros entrevistados moram na Ilha há mais de vinte anos, com exceção do Rodrigo que é funcionário do INEA – o já referido órgão de proteção ambiental

responsável pela gestão do Parque Estadual da Ilha Grande. Juliana é dona de pousada e frequenta o Abraão desde criança, pois o pai e avôs dela são originários do Abraão. Julio trabalha para o Jornal “*O Eco*”, o único jornal – gratuito- da Ilha Grande (mensal). Carlos é funcionário da subprefeitura, e. João da Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande. Marcelo mora há mais que 35 anos no Abraão numa casa na floresta. Por fim, entrevistei Roberto, membro de uma ONG ambientalista que atua na Ilha Grande.

Vale a pena notar que Rodrigo, Roberto e Mariana são conselheiros do conselho consultivo do PEIG.

### 1.2.2 Referencial teórico

Na primeira parte deste trabalho intitulada “*Você falou “proteger”? Visões e divisões no Paraíso*”, me refiro especificamente aos trabalhos de Rosane Prado (2002, 2006, 2008) e aos de Helena Catão (2006:2008). Estas duas autoras me permitiram enriquecer minhas observações e aprofundar a reflexão sobre a percepção dos problemas ambientais na Ilha Grande. Elas analisam notadamente as conseqüências da imposição do conjunto de leis ambientais na Vila do Abraão e mostram os diferentes modos de relacionamento com a natureza e com as estratégias de proteção ambiental. Ressaltam também as dificuldades de entendimento entre os órgãos de preservação e a população local.

Na segunda sessão que diz respeito aos mecanismos de gestão do PEIG, são principalmente as contribuições reunidas no livro organizado por Marta de Azevedo Irving (2006), chamado *Áreas protegidas e inclusão social. Construindo Novos Significados* que vão apoiar meu raciocínio. Os autores abordam a problemática da participação social na gestão das unidades de conservação (UCs) sob diferentes ângulos. Eles apontam os diferentes instrumentos de gestão das unidades de conservação previstos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e enfatizam a importância da inclusão dos diferentes atores sociais na esfera decisória da gestão das áreas protegidas. São também debatidos os conceitos de “*conflito*” e de “*governança*”, que abrem a reflexão sobre a democratização da gestão das UC’s. De fato, como mostrou Layargues (2002) - “*só a democracia levará à sustentabilidade, por meio da criação de espaço de negociação e do fortalecimento dos instrumentos já existentes.*” (M. A Irving e L. F. F. Cozzolino, 2006:185).

### 1.2.3 Importância do trabalho

As legislações ambientais têm como objetivo preservar e resgatar os recursos naturais ameaçados. Porém, na maioria dos casos de implantação de uma unidade de conservação, observamos a presença de comunidade já inserida no ambiente e que, por falta de alternativas propostas, precisa adaptar suas práticas para lidar com o quadro legislativo imposto pela UC. Este trabalho pretende discutir os mecanismos de implantação de uma unidade de conservação e analisar o grau de inclusão social da comunidade do Abraão no processo decisório da gestão do PEIG.

Assim como no caso do PEIG na Vila do Abraão, a gestão das áreas protegidas é um campo temático que precisa de mais produções acadêmicas para aumentar o conhecimento dos nossos parques e das populações neles inseridas, e para abrir o caminho para superar um dos grandes desafios atuais: a democratização do processo de preservação da natureza. Como o documento “Nossa Própria Agenda” sublinha: *“Tampouco será possível o desenvolvimento sustentável sem uma verdadeira democracia. Se não conseguirmos desenvolver um tipo de democracia que possibilite maior participação da sociedade e se não conseguirmos modernizar a estrutura obsoleta de nossos governos, a fim de torná-los mais eficientes, não será possível remover os entraves ao desenvolvimento viável em termos econômicos, sociais e ecológicos”*. (Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe, 1990:116)

O caminho ainda é longo... O conhecimento etnográfico brota como uma porta de compreensão da complexidade tanto da questão da preservação ambiental, quanto dos atores sociais que para ela lutam.

### 1.2.4 A Ilha Grande em questão

Situada a 150 km ao Sul do Rio de Janeiro, a Ilha Grande abriga 21 comunidades onde vivem cerca de 7500 habitantes fixos. Abrigando 1821 moradores, Abraão é a vila principal ([www.inea.rj.gov.br](http://www.inea.rj.gov.br)).

A Ilha Grande esta dividida em diversas unidades de conservação: o *Parque Estadual da Ilha Grande* (1971) que, hoje em dia, abrange 87% da Ilha (16.972 hectares), a *Reserva Biológica da Praia do Sul* (1981) com 3600 hectares. Além destas duas unidades, a Ilha Grande é abrangida em toda sua expansão pela Área de Proteção Ambiental (*APA Tamoios*) – que engloba também outras ilhas da Baía – e possui também o *Parque Estadual Marinheiro do Aventureiro* ([www.ilhagrande.org](http://www.ilhagrande.org)).

A Ilha Grande participou de todos os períodos históricos brasileiros que marcaram fortemente a sua história econômica e social. Foi habitada há pelo menos três mil anos, pelos caçadores coletores. Quando foi descoberta em 1502 pelo navegador Gonçalo Coelho - que já havia batizado o Rio de Janeiro-, a Ilha Grande já era habitada pelos índios Tupinambás. Ela sempre foi um importante entreposto de exportação (ou contrabando) de pau-brasil, ouro, cana de açúcar e café, bem como esconderijo de piratas. De tal modo, os comerciantes europeus em busca de pau-brasil e os piratas holandeses, ingleses e franceses vieram conquistar esse território. Nos séculos XVIII e XIX vieram os fazendeiros com a cana-de-açúcar e o café (1772 até o fim da escravidão), e, mais recentemente, vieram pescadores e trabalhadores da fábrica de sardinha, tanto como servidores dos dois presídios. Nos anos 30, a atividade pesqueira industrializada substituiu a agricultura, mas entrou em colapso nos anos 1960 devido à captura excessiva (Wunder, 2006, ).

O passado carcerário da Ilha Grande deixou também marcas profundas na sua história. O Lazareto, que funcionou como hospital de quarentena até 1913, foi transformado em presídio (Colônia Penal Candido Mendes) nos anos 1940. Ele foi desativado em 1954 e demolido pelo governo Carlos Lacerda em 1961. A implosão do presídio de Dois Rios em 1994 (construído em 1893 durante o governo Floriano Peixoto) marca o começo de um crescimento acelerado do Abraão. Observa-se o aumento do fluxo de turistas tanto como uma imigração de pessoas procurando emprego. Porém, esse desenvolvimento não foi planejado e gerou o crescimento urbano desordenado (Prado, 2006; [www.historianet.com.br](http://www.historianet.com.br)).

Em 1971 a criação do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) participa também das mudanças na Vila do Abraão, pois as novas leis ambientais transformam, através da proibição, as relações da comunidade com o meio ambiente.

Deste conjunto de transformações resulta uma grande diversidade de atores sociais tentando conviver neste que passou a ser considerado um “paraíso ambiental”: população “tradicional” tentando se adaptar aos novos padrões econômicos e ecológicos, moradores que se estabeleceram anos atrás, freqüentadores, ex- funcionários do presídio, funcionários do Parque Estadual da Ilha Grande, ONGs, órgãos públicos ambientais. Como nota Catão “*observamos a convivência de linguagens diversas, de atores que não só nomeiam, concebem, compreendem e interpretam seres, objetos e fenômenos a partir dos princípios mutuamente estranhos, mas também projetam sobre eles diferentes valores, interesses e projetos*” (2008:5). Hoje, todos eles se mobilizam para “salvar a ilha” numa frágil harmonia onde “*as diferenças ficam por conta de salvar por que, para que e para quem*” (Prado, 2003:11).

## 2. VOCÊ FALOU DE PROTEGER? VISÕES E DIVISÕES NO PARAÍSO.

Como mostraram H. Catão (2008) e R. Prado (2002, 2003), a idéia de “meio ambiente” assume diferentes significados para cada grupo social. Na Ilha Grande, e especificamente na Vila do Abraão, podemos distinguir vários grupos sociais com percepções, práticas e interesses distintos. Essas visões antagônicas geram conflitos sociais vinculados à questão da aplicação das leis num contexto de implantação e existência de unidades de conservação.

Em primeiro lugar vamos apontar os principais “problemas ambientais” do Abraão para, em seguida, analisar as representações sociais vinculadas à proteção do meio ambiente.

### 2.1. Os (grandes) problemas ambientais da Ilha Grande

*“Antigamente era muito melhor, mais calma, menos barcos. Com o progresso aumentaram os problemas”  
(Seu Zé)*

Na análise dos discursos dos entrevistados, observa-se um certo consenso quando fazem questão de falar dos principais “problemas ambientais” que Abraão e a Ilha Grande sofrem.

Ao perguntar aos entrevistados sobre os principais “problemas ambientais” da Ilha Grande, ressalta-se que a precariedade do saneamento básico é o mais citado, junto com a problemática do lixo. Seu Zé, pescador originário do Abraão, me disse *“aqui não tem tratamento de esgoto, a conclusão do projeto não foi como previsto no projeto inicial”*. Para João, que mora há 22 anos na Vila, *“Tem que começar com isso, não adianta falar de proteção ambiental se a gente joga o esgoto no mar! 20 anos atrás, já*

*falei disso numa reunião que tratava de dinheiro para ser investido aqui. Só que o pessoal me respondeu “você sabe que este dinheiro não é suficiente para o saneamento”, e o que foi feito com esse dinheiro? Reformaram a Casa da Cultura!”.*

Falando do lixo, Leandro, originário da Ilha e dono de pousada, me disse que antes era pior, pois não tinha, como hoje, coleta duas vezes por dia. Porém, para João, *“falta lixeira aqui, teria que ter uma lixeira em cada posto para o pessoal não jogar o lixo na rua. Não existe educação ambiental aqui, é uma poluição visual, parece que as pessoas gostam de ver lixo na rua!”*, ou Georjinho, originário do Abraão também e morador da praia comprida, *“tem muito lixo aqui, a Rua das Flores também esta cheia de lixo, as trilhas, as praias (...)”*.

A respeito do problema do lixo, Georjinho me falou dos *“Predadores. Aqueles seres humanos que não têm consciência. Vai andar pela trilha para Lopes Mendes e vai ver. O que vê é lata, garrafa. Tem uma falta de respeito muito grande”*. Ele me fala também do *“domingo do terror”*: *“o domingo é o pior dia, as pessoas pegam a barca, passam o dia por aqui, cagam e vão embora!”* Para Marcelo que mora numa casa na floresta no Abraão há 35 anos, os problemas ambientais que existem aqui são causados pela urbanização que não foi planejada: *“O lixo, os cachorros; o caracol é uma praga, não tinha isso antigamente. Aqui na minha casa não tenho problema, porque tem bichos que comem eles, então há um equilíbrio”*.

Outros problemas citados são: a poluição dos Rios, *“quando era pequeno, jogava no rio, pegava camarão, tinha muito mais água, hoje a água está poluída”* (Seu Zé, originário do Abraão); a falta de controle das entradas *“O que tem de pior aqui é a falta de controle de entrada, nós temos que ter obrigatoriamente um controle de entrada nessa ilha porque senão vamos receber aqui toda a miséria do país e não tem lugar nem para os que vierem de fora nem para nós, então temos que ter uma normalização para a entrada”* (Julio do Jornal *“O Eco”*); e a problemática da evasão: *“Nós temos um problema muito grande aqui, foi a evasão de moradores expulsos pela especulação imobiliária. Resumindo: a especulação imobiliária é responsável, é a origem de uma série de problemas de natureza social que a gente tem aqui, especialmente de natureza social. A gente tem aqui essa explosão do turismo que trouxe problemas grandes para nós”* (Roberto, membro de uma ONG ambientalista).

A respeito dos problemas ligados ao saneamento básico e à sobrecarga da Ilha, é muito interessante ver que esses problemas já foram sublinhados muitos anos atrás. Efetivamente, um dos meus informantes, Georginho, me emprestou um artigo de jornal do ano de 1988, que revela vários problemas que, 22 anos depois, a Ilha Grande ainda sofre.

Podemos também citar o desmatamento e o problema da construção de pousadas sobre os mangues: *“mataram os mangues, aterraram para construir as pousadas, mas matar mangue é crime federal e ninguém mexe com esses donos de pousadas”* (João, representante da Associação de Moradores da Vila do Abraão).

Para Seu André, pescador nativo do Abraão, os principais problemas ambientais são: o confisco de redes - *“Minha rede está presa desde 05.07.07, há quase dois anos que está pegada. Mas como está lá? Para que servem essas redes? Nem serve para eles, nem para nos, é absurdo!”*- os mergulhadores que *“matam peixinho”*, e os pescadores de fora *“que não têm malha adequada e matam muitos filhotinhos de peixe. Eles vêm aqui e acabam com tudo. Vêm matar o peixe e vão embora e é a gente que paga o preço”*. Enfim, para Seu André, o problema ambiental fundamental é que *“Eles se metem nas coisas da pesca enquanto a gente conhece o mar”*. Neste sentido, as próprias ações do órgão de proteção ambiental e a falta de conhecimento dos técnicos são consideradas como problema ambiental. Este ponto de vista é recorrente em vários relatos que recolhi.

Segundo meus entrevistados, a maioria dos problemas citados acima são causados pela falta de educação ambiental, pela falta de informações tanto para o visitante como para a comunidade, e pela falta de fiscalização equitativa, ou seja, de uma fiscalização *“para todos”* e não somente para o morador tradicional. Esses elementos considerados como problemas ambientais, são, neste sentido, as causas destes.

Para Mariana, nativa da Ilha Grande e funcionária na escola do Abraão, o centro do problema é justamente a falta de educação ambiental. Marcelo, Roberto, Georginho e Rodrigo insistem também sobre a importância de informar e orientar as pessoas para elas poderem atuar no sentido de preservação e conservação dos recursos naturais. Notam também que punir sem dar informações, como foi durante muitos anos com a administração do parque, não adianta.

Nesta mesma perspectiva, Catão mostra que o problema ambiental principal para os seus entrevistados é a falta de informação ligada “à forma autoritária como têm sido historicamente tratados pelos órgãos ambientais, pela prefeitura municipal e pelos “ambientalistas” de modo geral” (2008:5). Como vamos ver mais à frente, efetivamente, “quando o Parque chegou, ele chegou sem se preocupar da comunidade. Não teve orientação, informação, educação” (Mariana).

Através destes relatos, destaca-se a urgência de passar do padrão punitivo ao padrão educativo e informativo. De fato, a administração do PEIG, durante muito tempo, usou os instrumentos da proibição e da fiscalização para atingir os objetivos de preservação sem fornecer nenhuma informação sobre o conjunto de leis ambientais vinculadas ao PEIG. Como vamos ver, atualmente, as preocupações e os esforços do órgão de preservação ambiental se expressam justamente em torno de uma melhor apresentação e divulgação do Parque.

## 2.1 Quem protege o quê? Percepção e significados

Neste item, vamos ver o que significa “preservar” para os entrevistados. Como R. Prado mostrou nas suas pesquisas, destacam-se duas visões distintas: a visão dos ambientalistas vistos como “de fora” e a da população local.

Esquemáticamente, enquanto os primeiros consideram as visões locais como “anti-ecológicas”, os segundos percebem os discursos dos técnicos “de fora” como inapropriados para a realidade local. Como nota Prado: “(...) na percepção dos ambientalistas, as visões nativas em geral são consideradas como uma “não ecologia”, isto é, como uma “ausência de”, ao invés de “a presença de uma ecologia nativa, ou de uma visão peculiar. (...) Os nativos do Abraão de modo geral também reagem, em principio, sendo refratários “à ecologia” muitas vezes referida como uma entidade, uma coisa que veio para atrapalhar (...). (2003:8).

Esta polarização gera vários debates que despertam o interesse do olhar antropológico quando faz questão de analisar as divergências de visões vinculadas ao impacto de um conjunto de leis ambientais que uma parte da população estranha.

Um exemplo destes debates são as ações do INEA, que prevê a retirada das “espécies exóticas” da Mata atlântica (notadamente as jaqueiras e os bambus)<sup>iii</sup>. Outro exemplo marcante foi o confisco de redes de alguns pescadores do Abraão. Enquanto a erradicação das jaqueiras e dos bambus é vista por uma parte da população como uma ação de degradação do meio ambiente, ou seja, como “*um desmatamento feito pelo próprio órgão ambiental*” (Catão, 2008:10), a apreensão de redes foi percebida como uma injustiça e uma falta de conhecimento dos técnicos ambientais.

A respeito das jaqueiras, Seu Wiliam, originário do Abraão, me disse “*Dizem que querem tirar tudo que não é nativo, vão tirar isso? Não existe! A jaca tem um gosto muito bom, ela está aqui há milhares de anos, eu não concordo com isso não, sou contra esse negócio. Vamos acabar com a banana? E os gringos, vão também tirar os gringos?! O nativo não pode derrubar nada, mas o IEF vai e tira eucalipto!*” Segundo Seu André, “*tem que saber se eles querem salvar a mata ou destruir. Esta jaqueira aqui, não vão cortar não, ela tem mais que 100 anos!*”.

A respeito da apreensão de redes, indignado, Seu André, pescador nativo do Abraão, me falou: “*Eles não nos deixam fazer nosso trabalho, eles não têm o poder de prender as redes, os que têm que decidir somos nós, onde pescar, o tamanho da rede, é a gente que conhece o mar, eles não sabem de nada. Os barcos de fora vêm aqui e acabam com tudo, (...) Por que tem lei proibindo os pescadores de fora de vir pra cá mas eles vêm? Somos prejudicados. O que posso fazer? Se boto minha rede dentro da baía aqui, a florestal cria caso e a pega e se boto lá pra fora da enseada, é o arrastão que leva. Mas fora é muito longe, é perigoso, outro dia peguei um sudoeste, é um barco que me trouxe de volta!*”.

Vemos de novo que um dos problemas principais desta disputa é a falta de informações, a falta de compreensão do porque das leis ambientais e, sobretudo, a falta de alternativas à proibição. Como Seu André, muitos entrevistados me falaram também da injustiça na hora de aplicar as leis ambientais: “*Os de fora podem, os daqui, o que é morador daqui, não pode. Eu quero plantar aipim, não deixam! Você corta um pau para sua canoa e daqui a pouco estão acima de você, enquanto os que vêm de fora compram terreno e destroem tudo construindo pousada. Eles podem cortar árvores, derrubar amendoeira e matar peixe! (...) O pessoal daqui está revoltado, tem que ter controle, tem que entender que os daqui têm a prioridade (...) isso está muito ruim, nem sei como vai ficar!*”.

O que significa “preservar”? O que se tem que preservar? Como proteger? Essas são as questões fundamentais na análise da implantação de uma unidade de conservação. A implantação do PEIG tem como objetivo proteger e revitalizar a fauna e a flora da Mata Atlântica ali presentes. Mas como o Parque é percebido? É o que vamos ver no próximo capítulo.

### 3. O PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE: REPRESENTAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Esta seção diz respeito às representações sociais a respeito do Parque Estadual da Ilha Grande. Depois de falar da história do PEIG, dos seus vínculos com os presídios e o regime militar, vamos mostrar como os entrevistados percebem o Parque e como eles lidam com o conjunto de leis ambientais que a presença do parque impõe.

#### 3.1 A respeito da história do Parque Estadual da Ilha Grande

O Parque Estadual da Ilha Grande foi criado em 1971. Porém, para entender a sua história, temos que retornar aos tempos do Império. De fato, quando pedi para meus entrevistados me contarem a história da criação do PEIG, três informantes (Seu Wiliam, Marcelo e Roberto) começaram seus relatos sobre a época de Dom Pedro II. E é com base em suas falas que construo a história a seguir.

Em 1863, em busca de um lugar para construir um hospital de quarentena (o Lazareto), Dom Pedro II comprou uma parcela de terra da Ilha Grande (fazenda do Holandês) situada na atual Praia Preta. Um ano depois o Lazareto é construído. Marcelo me conta que o Imperador ampliou o território, comprando também as terras até Dois Rios para assegurar uma fonte de água indispensável para o funcionamento do Lazareto que depois foi transformado em presídio.

Marcelo me conta também que, como nessa época a Vila do Abraão cresceu bastante, o governo construiu outro presídio em Dois Rios para afastar as práticas violentas em vigor no presídio da Vila. O presídio situado na Praia Preta acabou sendo desativado em 1961-1962 por Carlos Lacerda e os presos transferidos para Dois Rios. O presídio de Dois Rios foi desativado e implodido em 1994 durante o governo Brizola no estado do Rio. Segundo Marcelo, Brizola, governador estadual da época, vendeu o terreno para um banco que queria erguer um resort: *“O comprador queria o terreno sem nada nele, por isso o presídio foi implodido. Porém, o governo federal percebeu as*

*intenções de Brizola e criou uma lei decretando Dois Rios centro de Pesquisa*”. Agora, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) está encarregada do terreno por 50 anos.

Vale a pena insistir sobre o fato de que o Parque Estadual da Ilha Grande foi criado durante o regime militar, o qual tinha como projeto desenvolver uma estratégia do Brasil como potência *“nós temos que fazer um Brasil grande! Então os projetos militares eram sempre grandiosos”* (Roberto). Neste contexto é que foi criada a estrada Rio- Santos nos anos 60 para poder desenvolver um turismo maciço nessa região ainda muito florestada. Este plano de desenvolvimento do turismo tinha como fundamento a exploração total dos recursos turísticos do eixo Rio-Santos. Como me contou Roberto da ONG, a criação do PEIG se inclui neste projeto de exploração turística: *“é junto com esse projeto que veio a idéia de criar áreas de preservação ambiental para poder garantir que aquilo ia servir como fundamento para a exploração turística”*.

Através destes depoimentos, vemos que o ato de criação do Parque foi voltado primeiramente para o turismo, e que a preservação ambiental cabe em segunda intenção: *“A preservação ambiental era para ter um “plus”, um ganho a mais, uma vantagem comparativa para atrair o europeu, tudo era voltado para o público europeu”* (Roberto).

Este dado é muito importante para entender a maneira segunda a qual o Parque foi criado e recebido pela população local. Como Roberto nota *“ Ironicamente o Parque da Ilha Grande não foi criado pelo governo militar com a intenção principal de preservação ambiental, como nunca foi. Os governos em geral, e hoje estamos percebendo, a questão ambiental é sempre secundária, a primeira é o crescimento econômico, o desenvolvimento”*. Este ponto se confirma se for lido o decreto (nº15.273) de criação do Parque Estadual da Ilha Grande.

Com esses relatos, destacam-se os vínculos entre o PEIG e o regime militar. Vemos que, como os presídios, o Parque Estadual da Ilha Grande foi implantado numa parcela de terra que já está nas mãos do governo desde 1863<sup>iv</sup>.

No próximo item, vamos expor a maneira segundo a qual o PEIG foi recebido pela população local quando foi implantado em 1971 e como ele é percebido pela população local hoje em dia.

### 3.2 Da criação do PEIG à sua “saída do papel”

O Parque Estadual da Ilha Grande foi criado em 1971. Quando pedi aos entrevistados para me contar sobre a sua criação, a grande maioria me disse que foi implantado de maneira abrupta, sem fornecer informações a respeito das novas legislações ambientais em vigor.

Roberto, membro de uma ONG ambientalista, me disse *“Na criação do Parque não foi divulgado nada, não havia comunicação, a ditadura não comunicava nada, a sociedade não tinha nenhuma participação. Na Europa, morar num Parque é um privilégio, porque nada vai mudar. Aqui não, aqui o PEIG sempre foi um desconforto muito grande, as pessoas desinformadas. O próprio governo não ajudava para estimular, não botava recursos, então as pessoas se desinteressaram. O PEIG foi sempre uma coisa reprimindo, punindo. Era a história do “não, não, não”. A declaração de Mariana, que é originária da Ilha e que trabalha na escola do Abraão, vai também neste sentido: “O Parque chegou sem se preocupar com a comunidade. Chegaram dizendo que daqui para frente tudo é proibido. Não teve orientação, informação nem educação ambiental. Então o Parque gerou um sentimento de repulsão. A palavra “IEF” arrepiava, as pessoas tinham medo e ódio do IEF”.*

Tal como Mariana, Georjinho, morador da Praia Comprida, sublinha o problema da falta de informações e de consideração com os moradores. Ele me falou que quando foi criado o Parque *“ninguém viu nada, ninguém perguntou para a gente! Chegaram assim “este é um Parque”, mas o pessoal que trabalha lá nem sabe que bicho tem aqui, então como podem vir aqui e dizer que você é errado, que você não pode construir um muro?”.*

Seu Wiliam - que nasceu em 1930 no Abraão - foi testemunha de vários períodos importantes que marcaram a Ilha Grande. Com o relato dele, posso ressaltar alguns elementos da personalidade dos administradores do PEIG, para melhor entender a história e as estratégias usadas para a sua administração.

O primeiro nome citado é o do Cristiano: *“O Cristiano era muito rígido, até capinar o quintal era proibido! Até respirar não podia!!”* (Seu Wiliam). Marcelo, que mora no Abraão há mais que 35 anos, comenta assim sobre Cristiano: *“Nos anos de 1980, teve um administrador do Parque chamado Cristiano Brandes. Com ele, era uma*

*guerra danada. Veio e proibiu tudo, plantação de arroz, feijão, fazer fogueira, ter cavalo, boi: ele proibiu tudo. O governo o botou aqui para congelar tudo. As pessoas não gostavam dele não, falavam “fora Bigodudo! Era muito esse cara! Eu gostava dele porque travou as construções ilegais e assim ninguém mexeu com a natureza, e a floresta brotou de novo!”.* Roberto da ONG também conheceu ele. *“O Cristiano era um cara muito exigente, ele tinha um pensamento da ditadura, era uma pessoa competente, mas para ele o negócio era Parque, ele não queria saber de gente aqui, era Parque, e isso gerou conflito com a população”.*

Depois do Cristiano veio “Alencar”. Segundo Seu Wiliam, *“Ele era militar. Não era coisa grande, só podia dizer não, sem explicar porque”.* Depois teve o Marcio, *“ele era novo, era amigo de todos, tinha uma boa política”.* Seu Wiliam me fala depois do “Ibá” que *“também não era grande coisa”* e, mais recentemente, do João Emilio que *“era muito bom”.* Em janeiro de 2008, foi o Gilberto que assumiu este cargo. Para Seu Wiliam, *“o Gilberto sabe orientar as pessoas, não só punir. Proibir ok, mas tem que explicar, porque o nativo não conhece as leis. Com o PEIG melhorou muito porque eles ordenam tudo isso. Tem que ter alguém para comandar aqui. Depois do presídio, era a vontade, tudo o mundo fazia o que queria, isso foi abandonado. No último dia do seu governo, Brizola explodiu o presídio e deixou aquela sujeira que nunca vai recuperar (...). Gilberto é jovem, é uma cabeça fresca, ele é bom, eu estou satisfeito. Eles vêm para trabalhar certo. Mas para isso tem que ter recursos!”.* A respeito dos recursos, Seu Wiliam me disse que *“quando era federal, havia recursos maiores e havia uma administração. Mas em 1961-1962 passou para o Estado”.*

Através destes depoimentos vemos que o PEIG é mal visto desde a sua criação. Ele é percebido como instituição que pune sem explicar nem orientar, pois foi sempre ligado e pensado em relação à pessoa e às ações dos administradores. Este elemento vai ter uma grande importância, pois esta representação a respeito do parque vai perdurar nas mentes da maioria das pessoas.

Porém, observa-se uma ruptura a partir do momento em que João Emilio entrou como administrador do PEIG em 2007, ano de sua ampliação. Destaca-se que tanto as ações dele como as do seu sucessor são valorizadas: *“O Gilberto se preocupa em informar, em orientar. Ele está na mesma linha que João Emilio: pergunta, troca de idéia, ouve as pessoas”* (Mariana).

Falando da administração atual, Julio do Jornal “O Eco”, me disse: *“ela melhorou muito, e parece bem intencionada. Mas não deixa de estar presa ao Estado que é lento. Hoje fomos fazer uma palestra lá em Provetá<sup>v</sup>, o Parque se expressou bem, não se mostrou a só aplicar a lei em cima da gente. Mostrou que ela tem um sistema moderno. Daí, eu gostaria que se faça muito mais que isso! Agora em relação a como era, ela está muito boa, está bem melhor, são pessoas com quem podemos falar, podemos discutir. É outro patamar, não são fanáticos, dá para discutir”*. Para João da Associação de Moradores também, *“A administração atual do Parque é boa, Gilberto está consciente, ouve o que a gente fala, aceita nossa opinião (...) nas últimas administrações, o poder subiu na cabeça das pessoas!”*

Vemos que desde a ampliação do PEIG em 2007 houve muitas melhorias. Portanto, assim como para João, para a maioria dos entrevistados, *“(...) poderia ter melhoria ainda, um controle melhor dos visitantes no Parque. Você viu a casa que foi construída na Praia Preta, já viu um funcionário lá? Já viu alguém dar informações para os turistas? As entradas e saídas teriam que ser registradas”*. Para Roberto também, *“A administração do Parque está indo certo. Ainda tem que mobilizar a comunidade e resgatar o morador tradicional para o conselho consultivo.”*

Como Mariana (professora na escola do Abraão) sublinha, uma das dificuldades para o Parque ser implantado foi a sucessão dos diferentes administradores: *“Tiveram vários administradores. Cada quatro anos mudava. Não tinha coerência entre as políticas deles então cada vez tinha que recomeçar tudo de novo”*.

Neste contexto, vale a pena ressaltar que desde 2007, o PEIG já teve 3 administradores diferentes. Depois do João Emilio, teve Gilberto e agora Isar. O ponto visto como positivo é que eles três têm a mesma pedagogia e a mesma abertura ao diálogo e à comunicação. Porém a troca de administradores pode, de certa maneira, prejudicar o trabalho do Parque, pois a reconquista da confiança dos moradores é um processo que leva tempo. A respeito da troca freqüente de administradores, Juliana, dona de pousada, me confessa que *“As pessoas boas não ficam nesses cargos políticos porque reclamam, incomodam e vão embora. O João Emilio, por exemplo, ele tentou, tentou, sem ver a coisa fluir”*. Ela comentou também que *“quando você reivindica, você incomoda, então tentam fazer você ficar calado (...). Quando era presidente da Associação dos Meios de Hospedagens da Ilha Grande, a fiscalização chegou na minha pousada para que calasse a boca”*.

Seu Zé, que foi administrador regional, me fala também da dificuldade de fazer ouvir sua opinião quando discorda da autoridade: “ *Aqui as pessoas boas encontram barreiras, que seja pessoas ou grupos. Se você não é do lado do governo torna-se incômodo (...) Hoje me distanciei da política, porque luto, mas cada cara é fachada, tudo é interesse pessoal para se dar bem, mas nada está feito para o bem da comunidade*”<sup>vi</sup>.

Assim, mesmo observando melhorias na gestão do parque desde sua ampliação em 2007, para uma boa parte dos entrevistados ainda permanece esta imagem negativa. Isso se verifica em vários relatos.

Julio do Jornal “*O Eco*”, nota que “*a população não vê bem o Parque de maneira geral, por culpa do Parque não fazer nada, então ela não acredita no Parque. Tem uma parte da população que acredita, mas é a minoria, porque a grande massa não acredita no Parque, como não acredita no Governo, como não acredita em nada. E tem sua razão de não acreditar porque na verdade as coisas do governo são muito lentas e tudo de forma política, então a comunidade é descrente com toda razão de ser descrente*”. As palavras de Roberto, , apontam também a falta de preocupação do Parque com a população “*O Parque foi sempre muito, muito mal olhado, porque o Parque era a repressão que veio da ditadura. O administrador do Parque que chegou aqui trouxe todo aquele modelo ditatorial*”, explica o membro de uma ONG ambientalista.

As declarações de Georginho e de Seu André sublinham as reivindicações a respeito dos limites e das carências das atuações da administração do Parque. Para Georginho, “*Para você conservar, proteger, tem que acompanhar. Não adianta dizer que vai preservar o meio ambiente se segunda feira está de folga. Botar o uniforme verde do Parque e andar na rua assim. Fazer maquiagem não adianta, para mim é cabide de emprego.*” Enquanto isso, segundo Seu André, “*o pessoal do IEF pensa em fazer as coisas certas, botar ordem, mas estão fazendo tudo errado. Eles não resolvem nada! Estão prejudicando os pescadores, não sabem nada de pesca. Pesca é uma coisa, o trabalho deles é outro. Não podem se meter com pessoas da pesca*”.

Estas reclamações são recorrentes e a administração do Parque está bem consciente do desafio a enfrentar para conseguir uma melhor aceitação do PEIG. Rodrigo, representante do INEA afirmou que “*o IEF, agora o INEA, sempre foi visto*

*como uma instituição ruim, má, que só punia, só fiscalizava, porque quando um Parque não está implantado, não tem plano de manejo em vigor, resta a ele pelo menos fazer cotação do território que ele protege. Infelizmente, no Brasil, a cotação ainda é feita principalmente por fiscalização. Então o Parque sempre foi mal visto. A gente percebe isso muito bem, isso é uma grande dificuldade conseguir apoio, já que o Parque quer se aproximar das pessoas e que as pessoas se aproximem da gente.”.*

Mesmo se uma grande parte da população local não vê o Parque com um bom olho, a maioria reconhece que ele é uma necessidade para a preservação da Ilha Grande. De fato, depois da implosão do presídio de Dois Rios, a Ilha Grande (Abraão principalmente) conheceu um aumento do fluxo turístico desorganizado, uma “invasão”, como dizem os moradores. Neste sentido, o presídio, enquanto agente da ordem é substituído pelo Parque que também teria essa função de “*segurar a ilha*” (Roberto)

A respeito disso, Seu Wiliam, que trabalhou no presídio do Abraão, observa que “*Depois da saída do presídio, não teve instituição para organizar aqui. O último dia do seu governo, Brizola explodiu o presídio e deixou aquela sujeira que nunca vai recuperar*”. Assim como Seu Wiliam, Marcelo diz que “*Antes da implosão do presídio, as pessoas viviam da pesca ou do governo, trabalhando para a prisão. Quando acabou a prisão, teve mudanças sociais. O governo acabou com o presídio e deixou assim, e começou encher, encher. Mas não teve alternativas propostas, não foi feito nada para a população poder se adaptar. Tinha que preparar as pessoas, porque a implosão do presídio não era o interesse da comunidade, era o interesse do Brizola*”.

Os relatos de Mariana, Seu Wiliam e Carlos sublinham também a necessidade de ter um Parque, de ter uma presença institucional com a função de agente ordenador. Portanto, segundo eles, esta instituição tem que levar o morador em conta.

Ainda, segundo Mariana, “*O PEIG é uma boa idéia, porque está vindo muita gente para a Ilha e é importante ter o Parque, é muito bom porque segura a demanda. A presença do PEIG é boa porque limita essa procura desenfreada. O que segurava antigamente era o presídio, agora é o parque*”. Seu Wiliam argumentou também nessa direção: “*O PEIG é uma necessidade pela preservação do meio ambiente, é muito importante para proibir o derrubo, para disciplinar, para moralizar isso aqui. Só que o nativo teria que ter um certo privilégio. Aqui tinha gente que vivia de roça, colhia, fazia farinha de mandioca e vendia para sustentar a família. Apesar de pagar impostos, não*

*podia mais usar o recursos da roça (...). Então um amigo meu comprou uma canoa, mas proibiram a pesca até um km da Orla. Como ele não tinha barco com motor, ele não podia mais pescar. Ele me disse: “eu não sei ler, não sei escrever, então tenho que me tornar ladrão porque tem que sustentar minha família!”. Por isso que teria que ter mais tolerância para o nativo, porque o Parque é importante sim, mas deixou pessoas sem condições”. Quanto a Carlos, funcionário da prefeitura, ele me disse “Eu sou otimista, o Parque é necessário, é uma solução para a Ilha Grande, porque precisa conter, ter um controle para as pessoas não invadirem a Ilha. Eu critico o modelo atual. Primeiro, eu acho que tinha que chegar, analisar a situação, reunir os pescadores, cadastrá-los para saber as necessidades deles e preparar para outras atividades. Mas não foi assim, primeiro proibiram o caiçara de pescar falando que faz errado há 1000 anos, mas sem propor alternativas!”. Para Seu Zé, também o conjunto de leis ambientais ignora a comunidade: “Hoje, tem uma preocupação a respeito do meio ambiente, mas a comunidade, quem vai se preocupar por ela? As regras de preservação esquecem os nativos. Proibiram de plantar sem dar nada em troca, sem investir, sem propor uma contrapartida, uma perspectiva de sobreviver”. Para João da Associação de Moradores, mesmo se antigamente era pior, pois “a gente não podia fazer nada, nem podia capinar nosso quintal!”, ele acha que “atualmente, a lei é absurda. O caiçara que quer pegar madeira que foi derrubada pelo vento para fazer uma canoa nem pode. Eu acho que são muitas leis para poucas coisas. Os órgãos não se entendem entre si. Para mim teria que ser um Parque nacional, ter o IBAMA aqui e não o IEF, porque com um parque nacional, um manda só.”*

Para a população local, o Parque representa uma presença institucional indispensável capaz de organizar e ordenar. No entanto, observa-se que a queixa relacionada à falta de alternativas propostas para a comunidade quando o Parque chegou é recorrente nos discursos dos entrevistados.

Vemos que existe um duplo sentimento a respeito do Parque. De um lado observa-se uma repulsão, uma imagem negativa herdada da própria história do Parque que ficou quase 36 anos proibindo, sem mostrar resultados. De outro lado, observa-se uma demanda da população local que pede uma presença institucional para substituir o presídio. De fato, todos os entrevistados declaram que na época do presídio era muito melhor, porque era mais seguro, menos povoado, tinha menos lixo, menos problemas em geral. Podemos dizer que a saída do presídio gerou para os moradores um tipo de

“trauma” que marcou todas as consciências. Até então, parece que a presença do governo com o Parque Estadual da Ilha Grande não propôs apoio nem soluções para a população frente a este processo de transformação radical.

Com estes relatos, podemos perceber como foi visto e recebido o Parque Estadual da Ilha Grande. Vimos também que a falta de resultados e a fraqueza da administração contribuíram para a construção de uma imagem péssima do PEIG. É somente com a sua ampliação em 2007 que a administração do Parque pode começar implantá-lo concretamente. Mas o que aconteceu durante tantos anos de quase inatividade (entre 1971 e 2007)?

Rodrigo nos dá pistas para nossa compreensão *“O Parque passou por momentos ruins e momentos péssimos, ele passa por momentos bons desde final 2007. Até meados 2007, quando João Emilio (ex-administrador do Parque) entrou, entrou já com recursos de compensação ambiental e contrataram essa equipe. Eram quatro pessoas. Então até lá, o Parque teve vários administradores, mas nunca teve equipe, nunca teve nenhuma base operacional mínima para o funcionamento do escritório, para o funcionamento da fiscalização. Nunca houve condições para funcionar como Parque. Então porque poucas coisas aconteceram, porque poucas coisas eram possíveis de serem feitas. Um administrador, um funcionário de campo e um fiscal de vez em quando. Como esse pessoal ia fazer, sem uma lancha numa ilha, sem recursos? Houve um tempo sem telefone aqui, sem internet. A internet chegou em 2007, então como trabalhar, como cumprir os objetivos de uma instituição se ela não tem o mínimo para funcionar?! Agora, o que estou empenhando principalmente é implementar o Parque, fazer o Parque acontecer, sair do papel. O parque existe há 37 anos, desde 1971, mas ainda não funciona como Parque, não cumpre os objetivos principais que um Parque tem que ter (...). O Parque sofre de um estigma, mas vamos acabar com ele, vai demorar um pouco. Existe um livro chamado “Making Park work”. Um dos capítulos fala de implantação de um Parque dizendo que 5 anos é um tempo médio em qualquer lugar com esforços para implantar. A gente tem 37 anos, só que 35 foram sem isso. Então é desde meados de 2007 que a gente começou implantar o Parque”*, explica Rodrigo.

Este depoimento de um técnico do próprio PEIG esclarece bem a situação e mostra com clareza que a falta de recursos impediu o desenvolvimento de ações concretas e contribuiu para a construção do estigma vinculado ao Parque, pois, além do caráter autoritário das últimas administrações, o Parque não tinha condições para

funcionar como Parque. No entanto a grande maioria dos moradores não é ciente disso. Proibindo e fiscalizando, para eles, o Parque estava funcionando já há muitos anos.

O trabalho de Irving, Medeiros e Garay mostra que a falta de recursos aparece como uma problemática comum a muitos parques. Os autores colocam que *“a falta de recursos humanos e financeiros constitui um problema crônico no modelo brasileiro que impôs sérias restrições ao funcionamento de muitas UC’s. Muitas sobreviveram apenas “no papel” sem que qualquer intervenção fosse realizada ou mesmo que seus planos de manejo fossem elaborados”* (2006:35).

Pelo que indicam as entrevistas aqui referidas, no caso do PEIG, é só agora – desde 2007 - que a administração do Parque começa ter as condições para implantá-lo, ter as condições necessárias para fiscalizar e fazer a lei ser cumprida. Sobretudo, ela pôde começar seu trabalho de informações para mudar as representações negativas e mostrar que não tem só um papel punitivo no processo de proteção ambiental. Para mudar a imagem do Parque e do INEA, a administração atual quer se aproximar da população, desenvolver um trabalho de apresentação, mostrando os seus objetivos (proteger a natureza, os recursos pesqueiros,...) e as razões de ser do Parque (função de obstáculo para não ter resorts, de controle). Neste sentido, Julio do Jornal “O Eco” me declarou *“Hoje a gente foi em Provetá tentar conscientizar a comunidade, só que uma vez só... tem que ir lá várias vezes, tem que estar junto com a comunidade, orientá-la. Não pode ser uma reunião agora, outra daqui um mês, outra daqui a 6 meses. Tem que mostrar para a comunidade o que está fazendo e envolvê-la nesse processo do fazer. E ver que as coisas estão melhorando, mas quando a comunidade vê que não anda, que ali estão gastando dinheiro que possivelmente não vai para destino correto, tudo isso vai fazer que a comunidade não acredite e a comunidade aqui ela está muito desgastada porque há longos tempos que veem projetos fantásticos para a Ilha que não se concluem, então a comunidade não acredita”*.

Vemos que o Parque começou a funcionar como tal desde a sua ampliação em 2007. Nos depoimentos dos entrevistados, observa-se que os moradores já percebem melhorias na gestão. Como aponta a professora Mariana, *“É só agora, quando João Emilio entrou como administrador que começamos a sentir mudanças. Ele chegou com outra didática, ele veio querendo vir, querendo se aproximar e entender os ilhéus. Ele ouvia as pessoas, então elas começaram a ver o Parque e o IEF de outro olhar porque o IEF começou a fazer educação ambiental e não só punir. Os outros administradores*

*designados ou puniam ou simplesmente não faziam nada! Desde a criação do Parque até agora, diziam “é proibido” sem esclarecimento, sem preocupação de oferecer educação ambiental. O administrador atual também se preocupa em informar, em orientar. Ele está na mesma linha que João Emilio: pergunta, troca idéia, ouve as pessoas. Então agora está começando a melhorar um pouco. O grande segredo é a conversação, porque ainda para muitos as palavras “IEF<sup>vii</sup>, FEEMA, IBAMA” assustam. Eles têm uma imagem negativa do IEF. Agora a população vê com um olho melhor, 50% melhorou!”.*

Juliana, da sua posição de pousadeira, observa também algumas melhorias: *“O Parque é necessário, porem tem que atuar mais, tem que ter mais apoio logístico. 37 anos no papel é muito! Porque dinheiro tem, mas sai para outro lugar! Porém o Parque melhorou as coisas mesmo se ainda falta de presença, falta um trabalho de conscientização”.* Falando do papel do Parque Estadual da Ilha Grande, Juliana me disse que *“O Parque é muito importante, porque as leis ambientais barram os projetos de resort. Tem cinco projetos de resort, em Lopes Mendes, em Dois Rios, na Praia da Longa, entre a Praia Vermelha e Proveta. O último, não lembro, era muito absurdo!”.* Falando também de posse de terra, Marcelo observa que, mesmo que a presença do Estado seja indispensável para a Ilha, *“ela não pode aumentar o Parque onde a terra já tem dono”.* De novo, destaca-se este duplo sentimento ligado à presença do Parque, instituição geradora de ordem e de descontentamentos.

Na literatura tratando da implantação de Parques no Brasil, observamos que muitos deles ainda existem “só no papel”, muitos ainda não compreem os objetivos que um parque, segundo a lei, teria que cumprir. Isso, notadamente por falta de ter uma diretriz geral que orienta as suas ações ou por falta de verba. Como vamos ver mais para frente, o sistema nacional de gestão das unidades de conservação - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - se consolidou como lei em 2000. Enquanto ele é recentemente constituído, os parques existem há muito tempo, no papel, sem funcionar veridicamente. Em conseqüência, a maioria das administrações, além de implantar o parque segundo os novos padrões de proteção ambiental, também têm que resgatar a confiança dos moradores tentando apagar os danos feitos por tantos anos de inatividade e/ou de proibição.

### 3.2 Entre saber científico e visões locais: conflito em área protegida

Esta sessão analisa as divergências de opinião entre o saber científico produzido pelos técnicos da preservação ambiental e o conhecimento local.

Como já vimos, uma queixa freqüente dos moradores do Abraão é a falta de conhecimento dos técnicos da proteção ambiental e a falta de levar em conta as necessidades da comunidade impondo normas “civilizatórias”. O relato de João da Associação de Moradores aponta esta falta de conhecimento: *“O problema é que essas pessoas nunca mexeram com o mar, com as plantinhas, não conhecem nada daqui. Estão sentados no ar condicionado, e são eles que querem reger as leis?”* Para Julio, responsável do Jornal “O Eco” também *“as pessoas do governo têm que saber mais sobre isso, têm que conviver com isso aqui. Não adianta ver um pessoal do meio ambiente que vive em gabinete lá e vem dar ordem aqui. Tem que viver aqui para saber os problemas que tem”*.

Nos seus artigos, Prado (2002, 2003) destacou claramente esta problemática. Ela cita um entrevistado: *“O Cara de fora não pode chegar aqui e ficar querendo ditar regra (...) chegar aqui e querer mandar em tudo – igual os PM’s faziam; o povo toma isso como uma coisa contra ele”*, daí ela coloca: *“Cabe à população local adaptar-se a tudo isso”* (2003:7). Para ilustrar esta disputa, Prado utiliza a categorização entre “Outsiders e Estabelecidos” desenvolvida por Elias e Scotson (2000).

No caso do Abraão, os “estabelecidos” – os *“que têm um diferencial de poder a seu favor,”* (Prado, 2002:9) são os empresários do turismo que vieram de fora, enquanto os “outsiders” são os moradores antigos e originários da Ilha Grande, que, com a introdução do turismo, se tornaram os empregados dos “estabelecidos”. Como Marcelo diz: *“Teve muito problemas aqui porque não foi um programa destinado para todos, todos não conseguiram se adaptar à nova situação. Teve que propor atividades, formações. Os que vêm de fora falam idiomas e conseguem emprego, mas para a gente? Os nativos estão na cozinha ou na faxina, porque não teve ensino”*.

Portanto, mesmo sendo os “outsiders”, ou seja, os excluídos do poder, os moradores antigos ou originários da ilha grande reagem com outro tipo de poder, sendo impermeáveis ou resistentes a essas tentativas de imposições de normas “de fora”.

Como Prado (2002) observa, essas estratégias de resistência são visíveis ao observar que os “de fora” consideram esses primeiros como desinteressados enquanto os primeiros se sentem ignorados e desconsiderados. Eles têm o sentimento que suas opiniões não têm valor, não são legítimas, ou seja, legitimadas pelo saber científico.

Como mostraram Catão e Prado (2008), vemos que o conhecimento científico é valorizado ao detrimento do saber local, conforme declara um funcionário público da prefeitura entrevistado pelas autoras: “*Os caras estudam, estudam e vem aplicar o que estudou sem saber da comunidade. Tem pessoas antigas que conhece mais da natureza que o estudioso*” (2008:5).

Destaca-se que a comunidade entretém uma relação conflituosa com o conjunto de leis ambientais do PEIG. Para Julio do jornal “O Eco” “*essas leis são muito de papel, são no papel mas não se cumprem*” ou, para João “*eu acho que é muitas leis para poucas coisas (...)*”. Marcelo resume essa relação assim: “*somos diferentes, não vemos a natureza do mesmo jeito*”.

No seu artigo, Soares e Irving (2006) colocam o conflito como questão central na gestão das áreas protegidas. Os autores interpretam algumas das dimensões possíveis de um conflito numa área protegida, tendo como exemplo o caso do Parque Estadual da Pedra Branca – RJ (PEPB). Na teoria social, vários autores abordaram o tema do conflito<sup>viii</sup>. Encontramos um consenso segundo qual, os conflitos são elementos constituintes das relações sociais, mas não existe consenso a respeito da sua função, das suas causas e efeitos.

Simmel é um dos primeiros a tratar deste tema. Para ele, a vida social seria impossível sem conflitos. Ele é onipresente, pois é uma forma de interação social. Segundo o autor, a manifestação conflituosa é positiva na medida em que “*ela reflete uma relação dialógica potencial. Isto é, o conflito precede a negociação*” (Simmel, 1983, citado em Soares e Irving, 1996:96). O conflito é uma forma de obtenção de algum tipo de unidade, ou seja, ele é produtor de integração e de coesão social.

Para Hirschman, mesmo se os conflitos podem levar a um processo maior de integração dos grupos humanos, por outro lado, eles podem deixar marcas profundas. (separação, destruição, desarmonia). Neste sentido, além de produzir “cimento social”, ele “*funciona também como um solvente que dissolve laços sociais ou como uma dinamite que os faz explodir*” (Hirschman, 1996, citado em Soares & Irving, 1996:98).

Os autores mostram que no caso do PEPB, o sentimento de insegurança, devido notadamente às trocas frequentes de administradores e às ameaças de remoção, contribuiu para a produção de coesão no grupo, pois os indivíduos se juntaram para fundar uma associação de moradores. Através do conflito, eles entenderam que um interlocutor organizado e legítimo facilita as relações com a administração do Parque. Neste caso “*o medo do poder do oponente contribuiu para (...) a busca de uma maior coesão interna.*” (Soares e Irving, 2006:107). Este exemplo mostra que tendo um adversário comum, um grupo de indivíduos atomizados pode concentrar seus esforços em volta de um objetivo comum para gerar uma melhor negociação com a autoridade.

As relações entre a administração do Parque Estadual da Ilha Grande e a comunidade tornam-se mais inteligíveis colocando-se a noção de conflito no centro da reflexão. Enquanto promotor de integração social, o conflito pode incentivar a discussão entre as partes em disputa. Porém, no caso do PEIG, os conflitos aparecem ainda como um obstáculo à negociação, na medida em que o caráter autoritário da administração até 2007 não gerou um diálogo entre os grupos sociais. A recém criação do Conselho Consultivo abriu um espaço de negociação para a gestão mais democrática do Parque, mas ainda não trouxe resultados marcantes para a convivência da população local com o conjunto de leis ambientais. Como vimos, uma das características dessa resistência é a herança de uma história administrativa percebida como muito autoritária pela maioria das pessoas.

Estas visões e divisões sobre como proteger e o que proteger geram uma série de problemas que tentamos apontar. Para superar estas visões conflitantes, um caminho de conciliação é a comunicação e a negociação entre os diferentes atores sociais envolvidos, notadamente através do conselho consultivo.

## 4. DA GESTÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Essa sessão trata dos mecanismos de gestão de uma unidade de conservação (UC). Primeiramente, apontamos alguns elementos da história das políticas públicas de proteção ambiental no Brasil. Em segundo lugar, analisamos os instrumentos de gestão de uma unidade de conservação dando uma atenção particular à temática da participação social. Enfim, vamos avaliar as formas de participação da comunidade do Abraão na gestão do PEIG, sublinhando os obstáculos à democratização do processo decisório na gestão do Parque. Para esta reflexão vamos nos referir particularmente aos textos de M.A. Irving (2006), H. P. Silva (2006) e F. Cozzolino (2006).

### 4.1 As políticas públicas voltadas à proteção ambiental no Brasil

No Brasil, o debate sobre a proteção dos recursos naturais está presente desde a colonização. Porém, cerca de 500 anos depois, o dilema em relação a como proteger gera ainda vários debates.

O tema da proteção ambiental entra na constituição republicana de 1934. A partir deste momento, a “natureza” adquire outro valor tornando-se patrimônio nacional a ser preservado. Pela primeira vez, a proteção da natureza torna-se um dever do Governo federal, dos estados e dos municípios. Neste mesmo ano, diversos instrumentos legais de proteção ambiental são desenvolvidos (Código florestal, Código da Caça e da Pesca, Código de Águas, etc...). Porém, é principalmente no decorrer do século XX que aumenta o fenômeno da instituição de área protegida no Brasil. Nos anos 1970, o sistema de criação de áreas protegidas encontra-se muito desarticulado. É somente duas décadas depois, em 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que o modelo brasileiro torna-se centralizado<sup>ix</sup>.

Vale a pena ressaltar que durante a ditadura militar (1964-1984), a proteção da natureza adquire uma forte conotação geopolítica, pois a criação de áreas protegidas no país é vista como uma estratégia de expansão do Estado, de integração e de controle do território nacional. Como vimos nos relatos de Marcelo e Roberto, a criação do PEIG inscreve-se nesta política de expansão e de controle. Vimos que a preocupação principal era mais geopolítica do que ambiental, ou seja, no ato de criação do PEIG, a própria proteção dos recursos naturais foi posta em segundo plano.

Este mesmo período é também caracterizado pela revisão das políticas anteriores e pela criação de novos organismos governamentais - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Secretaria do Meio ambiente -. tendo como objetivo a implementação e a gestão da política ambiental. Isto está implicado no processo que Lopes chama de processo de “ambientalização”, sendo um “*processo de interiorização de comportamentos e práticas [que] se dá através da promoção da educação ambiental, uma atividade explicitamente escolar ou paraescolar, mas também comportando formas de difusão por meios de comunicação de massa*” (2004:27). A mobilização e a pressão internacional em torno da questão ambiental têm repercussões no Brasil, pois em 1981 é criada a Política Nacional de Meio Ambiente que institui um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que prevê a participação da sociedade civil.

O debate sobre a inclusão social na gestão de áreas protegidas torna-se mais visível no início de 2000 com a criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). Ele prevê dois instrumentos principais de gestão das Unidades de Conservação sendo mecanismos potenciais para a participação social nos processos de tomada de decisão: O Plano de Manejo (PM) e o Conselho Gestor. Como anotam Cozzolino e Irving: “*A inclusão da sociedade na gestão de Unidades de conservação representa um tema estratégico para o Plano Nacional de Áreas protegidas (...)*” (2006:185), que foi instituído no país em 2006.

São estas questões de inclusão social que analisamos na próxima sessão.

## 4.2 Sobre os instrumentos de gestão de uma unidade de conservação

*“Só a democracia levará à sustentabilidade, por meio da criação de espaços de negociação e do fortalecimento dos instrumentos já existentes”*

Layargues (2000), citado em Cozzolino & Irving (2006:185)

O modelo atual de proteção da natureza é centrado principalmente em dois dispositivos legais: o SNUC (Lei 9985/2000) e o Código Florestal (Lei 4771/1965).

Para o SNUC, o objetivo principal das Unidades de Conservação (UC's) é de *“atender, de maneira precisa, a determinados imperativos da proteção como, por exemplo, a proteção de ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção, ou ainda, de paisagens singulares, contemplando estratégias tanto de preservação quanto de conservação”* (idem:24)<sup>x</sup>. Ele prevê dois instrumentos principais capazes de promover a participação social na gestão de UC's : o Plano de Manejo (PM) e o Conselho Gestor. Enquanto *“espaços potencias de inclusão social”* estes instrumentos são elementos centrais do processo de democratização, cidadania e participação social na gestão publica das UC's.

O SNUC define o Plano de Manejo como *“ (...) um documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessária à gestão da unidade.”*. Ele *“deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.”* (SNUC, Cap. IV, Art. 17, § 1º). Ele tem o papel de orientar o manejo da área protegida fornecendo normas e diretrizes. Incentiva a inclusão social, pois é interpretado como uma oportunidade para o intercâmbio de saberes, como um “espaço social” de discussão e de negociação de saberes.

A pesquisa sobre parques nacionais brasileiros, realizada por Irving, Cozzolino, Frageli & Sancho (2006), nos mostra que, infelizmente, na prática, menos que a metade dos parques nacionais dispõem de PM, e que muitos estão desatualizados ou obsoletos.

Na maioria dos casos observa-se que a sua elaboração é fruto de uma interlocução entre gestores e consultores, onde, apenas em raras exceções, o saber local foi privilegiado e os segmentos populares envolvidos na discussão.

Além do Plano de Manejo, o SNUC prevê, para cada área protegida, a instituição de um Conselho Gestor. Como o PM, o conselho é previsto para constituir um espaço de discussão e de negociações entre os diversos atores sociais envolvidos na gestão de uma UC. Ele é uma instância constituída por entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade. Enquanto espaço de mediação nas relações sociedade/Estado, ele representa – teoricamente - uma via de democratização das relações de poder. Para Gohn (2003), os conselhos são considerados como “*canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal, em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos (...) agentes de inovação e espaço de negociação do conflito* (2003:7). Neste sentido, o conselho é estruturado para incentivar o engajamento da sociedade nos processos de decisão.

O Conselho Gestor do Parque Estadual da Ilha Grande, considerado de caráter consultivo, existe oficialmente desde o dia 3 de fevereiro de 2009, quando foi realizada a sua posse na sede do PEIG na Vila do Abraão. Este dia de oficialização foi muito importante para o Parque, pois, como nos lembra o administrador, a criação de um conselho é um ato de reconhecimento oficial que a população tem direito à expressão.

Trinta e oito anos depois da sua criação, o PEIG começa a se estruturar. Neste dia de oficialização, a sala da sede estava cheia: 32 conselheiros representando 42 entidades. Durante esse encontro, vários sublinharam a importância do conselho enquanto “*espaço do pensar coletivo*”, “*espaço democrático para o exercício da cidadania*”, ou “*espaço de defesa dos interesses coletivos*”. O tema da “participação social” estava no centro das preocupações. Foi também abordado o conceito de “governança” que, segundo Cozzolino & Irving, representa “*um abordagem democrático-participativa (...) que entende como fundamental a participação ativa dos setores sócias nas instâncias decisórias*” (2006:189). Desenvolvido para pensar a participação social e promover a democratização da gestão de unidade de conservação, o conceito de *governança* é definido por Graham, Amos e Plumtre (2003) como sendo “*a interação entre estruturas, processos e tradições, que determina como o poder e as responsabilidades são exercidos, como decisões são tomadas e como os cidadãos e outros parceiros envolvidos (stakeholders) são ouvidos*” (Graham, J. Amos, B. &

Plumptre, T., 2003, citados em Cozzolino & Irving (2006:189). Este conceito nasceu da necessidade de definir parâmetros e indicadores capazes de avaliar os processos de gestão participativa.

A próxima sessão diz respeito à participação social da população local da Vila do Abraão no processo de gestão do PEIG. Através dos relatos recolhidos, vamos avaliar como se dá a inclusão social da população no processo decisório, analisando as representações sociais relacionadas ao conselho consultivo do PEIG.

### 4.3 Participação social e gestão do PEIG: obstáculos & perspectivas

“Algumas pessoas ainda pensam que podem Proteger as reservas somente com guardas, mas isso já se mostrou insuficiente. Um envolvimento mais amplo da população é necessário para a conservação ser um sucesso, além de investimentos em longo prazo em saúde, educação e participação política.”  
José Márcia Ayres<sup>vi</sup>

Na literatura, diversos autores<sup>xii</sup> que tratam a questão da inclusão social nos processos de gestão de UCs, sublinham que o grande desafio ambiental atual é a promoção e a expressão dos interesses das diferentes partes envolvidas através a negociação. E na prática?

A análise das formas de participação social na gestão do Parque Estadual da Ilha Grande mostra os limites do conselho consultivo e a fragilidade do conceito de “governança”, quando aplicado para avaliar os processos de gestão participativa. Ela nós faz também lembrar o quanto o tema da inclusão social no processo de gestão de um parque, é um elemento teórico novo. De fato, infelizmente, na maioria dos parques, observa-se um grau de participação relativamente fraco. Particpei de diversos encontros na sede do INEA no Abraão. O que percebi é justamente a ausência de morador “comum”, entendido aqui como morador que não está ligado a um grupo organizado específico. Esta resistência fragiliza fortemente a inclusão social dessa população no processo de decisão.

Quando falam do conselho do PEIG, duas visões principais se destacam no discurso dos entrevistados. De um lado, estão os moradores originários e antigos da Ilha

Grande que não participam das reuniões do conselho, pois o percebem como inadequado para a democratização do processo decisório. De outro lado, estão as pessoas que se envolvem para buscar soluções e que acreditam que o conselho representa um caminho certo para as mudanças sociais. Mariana, conselheira no conselho gestor do PEIG, representa esta segunda postura: *“O conselho é ideal para a participação da comunidade. Vai demorar a mudar a imagem do IEF ainda, mas está melhorando já. Eu sou otimista sim! Tenho esperança, por isso estou no conselho consultivo, para melhorar a interligação entre as instituições comprometidas. O plano de manejo vai organizar, vamos ter um plano de carga, mais organização, um saneamento básico melhor, seleção de lixo, tratamento da água”*.

Através de uma análise de discursos, veremos como as pessoas entrevistadas explicam essa ausência dos moradores antigos, e sua resistência a participar dos conselhos. Em primeiro lugar, consideramos as opiniões dos que acreditam no conselho; em segundo lugar, ressaltamos as visões dos moradores céticos em relação a sua participação para decidir o futuro da Ilha Grande. Neste contexto, vale a pena ressaltar que, no caso, são também os moradores antigos da Ilha que se sentem os mais prejudicados com a imposição do conjunto de leis ambientais.

Como Roberto coloca desde sua posição de membro de uma ONG ambientalista, os “moradores tradicionais” não são visto no conselho porque são os que sofrem mais com o Parque. *“Eles não vão porque eles mantêm aquela raiva do Parque, aquela “história do não.” Eles não vêm porque estão marcadas pela história de surra e pelo ódio desenvolvido pelo PEIG que proibiu muito sem informar, sem saber discutir. O pessoal que veio aqui já é de outra geração que não teve muito sofrimento e que teve uma informação melhor”*. Porém, Roberto acredita que o parque está se fortalecendo e se mostrando indispensável: *“Eu acho que o parque está no caminho certo, ainda tem que mobilizar a comunidade e resgatar o morador tradicional para o conselho. Demora, não é tão rápido não, mas vai acontecer. O pessoal trabalha muito, está criando uma massa crítica, uma cultura corporativa e com isso a coisa vai caminhando e enfrentando os problemas naturais decorrentes desses trinta e tantos anos de paralisia. São 23 anos depois do decreto de criação do PEIG que o presídio foi explodido e 36 depois da sua criação que o Parque foi ampliado, é muito tempo!”*

Quando perguntei ao representante do INEA - Rodrigo- das dificuldades principais da sua função, ele me respondeu que o apoio da comunidade é um dos

maiores obstáculos à implantação do Parque: *“Um parque sem apoio popular ele não funciona em lugar nenhum do mundo. O parque tem que ser bem recebido, bem visto, é um empreendimento público, então tem que ser recebido e encarado como tal.”* Ele explica a falta de apoio da população pelo fato das pessoas serem muito presas no passado e também reativas. Me falou também que o grupo que sofre mais com as conseqüências da aplicação das leis ambientais são os pescadores, *“Eles não entendem a fiscalização como uma estratégia de proteger um recurso público, eles vêem como uma inconveniência.”*

Mariana, professora na escola do Abraão e nativa da Praia do Aventureiro, comenta a falta de participação da comunidade assim: *“Alguns têm vergonha de falar. Tem os que não têm compromisso, que não querem assistir reunião todos os meses, outros não acreditam mais no poder público, mas ainda tem muitas pessoas que acreditam!”*. João, membro da Associação de Moradores, também justifica esta atitude pela falta de interesse e pelo fato de que a comunidade está decrescente.

Para Carlos, da sua posição de funcionário da subprefeitura, os moradores da Vila do Abraão não estão preparados para estas mudanças: *“com o presídio, o IEF, o morador se sente muito acuado, as pessoas vêem muitas coisas indo embora, tem muitas coisas mudando e não estão preparadas (...). As pessoas reivindicam na rua comigo, mas nas reuniões, onde elas poderiam se expressar, se encolhem, ficam mudas, quieto. Estão com vergonha, estão tímidas de se expressar em público. Elas querem um representante para lutar para elas e que o representante bote a cara sozinho! As pessoas não tem um hábito de reivindicação”*.

Assim, como para Carlos, segundo Juliana (pousadeira), a fragilidade da participação social tem uma razão histórica. Ele me explica que na época do presídio, tudo girava em torno dele. Quando ele saiu, muitas pessoas foram embora, outras chegaram. Juliana me disse que teve um tempo de adaptação, um período de estagnação de mais ou menos três anos. Daí, *“Com a atividade turística, a sociedade foi se renovando, o núcleo se desmanchou”*. Deste processo resulta uma composição social muito heterogênea e muito nova. Para Juliana, esta constante mudança, o fato da sociedade ser *“muito versátil e dinâmica”* influencia no grau de participação. Em conseqüência, *“A participação social aqui é fraca, as pessoas não vão nas reuniões, nos conselhos. Tem pessoas participativas por natureza, que vão mesmo se sabem que*

*não vão ficar muito tempo aqui. Mas o ser humano é muito individual, egoísta! Por isso tem que começar com as crianças na escola, porque ela tem uma função integradora.”*

Comentei da minha impressão a respeito da tímida presença dos moradores “comuns” nas reuniões, e Rodrigo me respondeu: *“Eu também gostaria que viessem mais moradores. Vêm sim, mas vêm em número reduzido. Porque também para a maioria das pessoas que tem poucos estudos, que não está acostumado a participar de reuniões, a debater, é chato de ficar num lugar duas, três horas sentado assistindo uma reunião. Pode divulgar melhor? Pode sim, também é um papel que o Parque poderia fazer melhor, apresentar o conselho consultivo para as pessoas que não são do conselho, para que serve etc... Com a divulgação que a gente faz, a gente acha que vem pouca gente da comunidade que não é conselheiro. No caso do festival do Forró, a participação foi boa, porque tinham bastante interessados no forro, então quando interessa diretamente eles vão”*.

Além da falta de interesse e de instrução de uma parte da comunidade, todos esses relatos mostram a mesma coisa: que as marcas históricas vinculadas ao caráter autoritário das administrações do PEIG são ainda muito presentes nas mentes. Neste contexto, atualmente, o grande desafio do PEIG é de resgatar os moradores tradicionais no conselho consultivo para promover a participação social e elaborar uma série de consensos percebidos como legítimos e legitimados por todos.

No seu artigo, Ayres e Irving (2006) citando Habermas (1982), apontam que quanto mais a sociedade se abre ao consenso e os indivíduos se sentirem livres para expressar seus interesses, maior é a possibilidade de elaborar consensos fundados. Duas condições são necessárias para tal elaboração. A primeira é a garantia da livre expressão de todos e a igualdade entre os atores sociais. A segunda condição está na dimensão do indivíduo que teria que abrir-se ao questionamento interno e tornar-se autocrítico. A literatura que trata da gestão participativa das UCs sublinha também a importância da capacitação e formação política dos atores sociais envolvidos, para, como Medeiros, Irving e Garay apontam, *“que participação social não seja apenas simulacro democrático”* (2006:47).

Vemos que a noção de *consenso* é interligada aos conceitos de *livre expressão* dos interesses e de *igualdade*. Eles são elementos fundamentais para a negociação levar ao consenso. Portanto, como Roberto, membro de uma ONG ressalta, parece que estes

não são característicos das práticas sociais no Brasil: *“E também é uma questão cultural a não participação social. Tem o fato de nunca ser sido sujeito, objeto passivo, subordinado porque o Estado supria as necessidades dele, então não precisa reivindicar. Ele está acostumado a não dizer, a não tomar iniciativas. Então ainda tem que juntar a comunidade e trazer muitos segmentos sociais. A comunidade está chegando, porque sem a comunidade o Parque não pode funcionar”*. Falando de cultura participativa, Carlos, o funcionário da subprefeitura, me disse que: *“Tem outro aspecto que vou dizer. Tem muita gente que acredita que onde nós estamos a gente resolve do melhor possível, então eles não vão por comodismo também”*.

Atualmente, os esforços do PEIG estão justamente orientados para superar estes obstáculos, tentar resgatar os moradores antigos e estimular este hábito de reivindicação e de expressão através do conselho. Mas como os moradores originários e antigos justificam esta resistência?

Para Leonardo, nativo da Ilha Grande e pousadeiro, o conselho consultivo é *“Um espaço de discussão, um espaço aberto onde as pessoas podem ser ouvidas e onde tem resultados”*. Porém, segundo ele: *“Não adianta discutir e guardar tudo na gaveta. Eles abrem um espaço, mas não somos ouvidos, não vão ouvir o morador, ele não tem palavra para se expressar. (...) Acho que a última vez que fui ao fórum do novo plano diretor, dois anos atrás. Mas não consegui falar muito e não vou mais. É interessante se o que se discute é botado em prática, porque a teoria só não adianta!”*. Quando pergunto por que, segundo ele, uma maioria dos moradores não participa dos conselhos, ele me respondeu: *“Por que a população não vai? Porque não querem ouvir as idéias do morador, acham que ele é bobo que não tem nada de bom para falar, o que morador pode levar? Ele sabe de nada! Eles abrem um espaço para abrir um espaço, é maquiagem, é teatro. Para que ir numa reunião? Eu não vou!”*.

O discurso do Georginho, originário do Abraão e morando na Praia Comprida, vai também neste sentido: *“Já fui sim, mas estou cansado de ouvir historinhas, bobagens. A última que fui foi em outubro (depoimento em março de 2009). Quando perguntei: você conhece a Ilha, o pessoal me falou que era de Minas, então sai, não quero escutar isso. Não tinha espaço, isso é fantasia. (...) Tudo isso me deixa desmotivado, triste”*. Seu André, pescador, também parece não acreditar no conselho do PEIG enquanto via de democratização do processo de gestão do parque: *“O IEF não faz nada, tem reuniões, falam meia dúzia de palavras, mas não adianta nada. Os*

*pescadores estão com raiva, não vão mais lá porque não muda nada. A reunião é de outro troço, não falam dos pescadores, a gente não é ouvido.”*

Com estes relatos, vemos um elemento que já apontamos precedentemente nos referindo aos trabalhos de Rosane Prado: a percepção de uma parte da população sobre a legitimidade do saber científico e da “ilegitimidade” do saber local, como o expressam Leonardo, Georginho e seu André. Podemos também interpretar essa não participação como uma estratégia de resistência como já vimos a respeito da aceitação do órgão de preservação ambiental e do seu conjunto de leis ambientais. Vale a pena lembrar também que estes três entrevistados nasceram no Abraão e sempre moraram ali. Neste sentido, tendo dificuldades a se adaptar à realidade atual, eles são os mais contrários, pois são os mais atingidos pelas proibições.

Assim, de um lado temos os moradores antigos que se queixam de não ser escutados, e, de outro lado, – que seria o lado “decisório“, mais ativo na gestão do parque – o sentimento de que o conselho é um espaço democrático aberto para todos, como vemos no depoimento de Julio: *“não é verdade, as opiniões dos moradores são ouvidas. Acontece que nós temos na Ilha uma imigração de gente de fora muito grande e essas pessoas nem vêm aqui. Agora sempre é aberto a todos, mas ninguém tem mais paciência de vir para reunião, então por isso não participam. Para ser ouvido tem que ir (...) é falta de acreditar porque o nativo tem espaço aberto, a vontade. Eles não vão porque eles não acreditam, vai lá fazer o quê? Tem outra coisa, muitos nativos têm raiva do IEF, do Estado, por razão da aplicação da lei, prescrição de pesca, então eles não vão porque estão com raiva”.*

Percebe-se que, para melhorar as relações entre a comunidade e o órgão de proteção ambiental, o trabalho de apresentação do Parque é fundamental. A informação e a comunicação são também elementos necessários. É preciso também desenvolver projetos que envolvam a comunidade, e nos quais ela perceba os benefícios potenciais que estes podem trazer. Marcelo que mora no Abraão há 35 anos e Julio do Jornal “O Eco”, insistem sobre a necessidade de formar as pessoas originárias da Ilha para elas poderem inserir-se na lógica econômica e ecológica atual.

Para Marcelo, *“tem que propor atividades, formações. Teria que chamar um biólogo para nos ensinar a mexer com a natureza, com os mexilhões, para poder criar e vender.”* A declaração de Julio vai no mesmo sentido : *“eu penso que temos que nos*

*adequar ao sistema moderno. Eu acho que hoje em dia estamos na época de fazer uma criação de peixe, e não viver do extrativismo, mas racionalizar o peixe. Teria que pegar os pescadores, dar um salário por tempo indeterminado e criar o peixe, como fizeram com o salmão no Chile. Por que o salmão é 12 reais o kilo ?Porque no Chile racionalizaram a forma de criar o salmão. Agora se você nunca dá chance a esse peixe se criar, vai chegar um dia que não tem mais. Agora o pescador tem que ser protegido, não pode falar “não vai pescar mais”, então tem que dar um salário até ter a sua colônia de pesca!”*

Vê-se que entre conflito e avanço, reivindicações e reuniões, o Parque Estadual da Ilha Grande precisa de mais tempo para poder estruturar-se, envolver a comunidade e lhe mostrar resultados. De fato, mesmo que existindo há mais de três décadas, não convenceu uma grande parte da comunidade da Vila do Abraão. Nesta equação, como vimos, o apoio popular é essencial, pois, sem ele, nenhum parque funciona.

## 5. CONCLUSÃO

O histórico de proteção da natureza, no caso brasileiro, reflete uma dinâmica de avanços e recuos, de perdas e ganhos, e se concretiza num desafio sem precedentes para o próximos anos  
Medeiros, Irving, Garay (2006:15)

Este trabalho permitiu sublinhar as visões e divisões vinculadas à preservação do meio ambiente na Vila do Abraão, tomando o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) como objeto etnográfico revelador de tensões sociais. Avaliando os problemas e as reivindicações relacionados ao Parque, vimos que a maioria deles é causada pela própria forma de implantação do PEIG. O autoritarismo da administração, a falta de divulgação de informações e as estratégias de proteção ambiental que se expressaram durante muitos anos através da proibição, alimentaram a construção de uma representação social muito negativa. De fato, em 37 anos de existência, o Parque não trouxe benefícios tangíveis para a população local. Ao contrario, mostramos que ele gerou conflitos e disputas em torno de *como proteger* e *o que proteger*. É somente a partir da sua ampliação em 2007 que ele apresenta as condições para começar a se estruturar. Analisamos estas disputas e sublinhamos os olhares díspares sobre o modelo de proteção ambiental e a relação do Homem com a Natureza.

Vimos que até agora a gestão do PEIG ainda não abrange todos os setores da população local. Porém, através das declarações de alguns entrevistados, observamos a concentração de forças de alguns atores sociais que lutam pela democratização do processo de gestão do PEIG. O caminho ainda é longo para passar do conflito “*ou –ou*” ao conflito “*mais ou menos*” teorizado por Hirschman, no qual as duas partes em conflito saem vencedoras, ou seja, onde observa-se uma “*distribuição do produto social entre diferentes classes, setores ou regiões*” (1996:98).

Ressaltamos também que uma via de reconciliação é a negociação e a troca de saberes. Como Medeiros, Irving e Garay (2006) colocam, precisa-se “*(...) do fortalecimento de canais de diálogo entre os diferentes atores sociais (...)*” (2006:37). Catão enfatiza também sobre a necessidade de “*ultrapassar os limites e as fronteiras dos saberes para enfim poder caminhar para práticas mais democráticas*” (2008:14).

Neste contexto, o conselho consultivo aparece como um instrumento ideal para a democratização do acesso ao processo de gestão do PEIG. Porém, como mostramos, a fragilidade do apoio popular no Abraão representa um obstáculo sério para uma gestão igualitária da “natureza”.

Conclui-se também que para garantir uma gestão dos recursos naturais mais eficiente e mais justa, o PEIG precisa de uma melhor integração dos diferentes órgãos públicos de proteção do meio ambiente. Na colaboração de Medeiros, Irving e Garay (2006), os autores lembram essa necessidade de buscar a articulação e a transversalidade entre os diferentes níveis governamentais. Neste contexto de articulação das políticas aparece outro problema: o tempo de exercício das políticas públicas. De fato, enquanto a questão ambiental é uma questão de longo prazo, os mandatos são de curto prazo. Essa temporalidade diferente tem conseqüências na gestão dos recursos naturais, pois pode fragilizar a coesão de um mandato a outro. Ademais, como a proteção ambiental precisa de muitos investimentos que não apresentam resultados imediatos – não trazem votos – ela não é sempre colocada em primeiro lugar nas prioridades dos políticos.

Vimos que o problema recorrente nas gestões das áreas protegidas no Brasil é a falta de inclusão social devido às estratégias de gestão da natureza adotadas até agora, o que fica ilustrado no caso do PEIG aqui focalizado. Elas causaram uma cisão entre a sociedade e a natureza, uma cisão responsável por uma grande parte dos conflitos em áreas protegidas no país. A origem do modelo brasileiro de proteção da natureza foi inspirada do modelo americano. De tal modo, partindo de premissas nitidamente diferentes, a aplicação do modelo americano à realidade brasileira pode ser responsável pelo estabelecimento de conflitos e interesses de naturezas diferentes. Como não houve adequação do modelo à realidade local, o padrão de gestão não encontrou no Brasil uma terra fértil para ocorrer de acordo com os elementos culturais locais. Agora, além da implementação de áreas protegidas propriamente dita, um dos desafios das administrações dos parques do país é de corrigir os erros cometidos e criar novas perspectivas mais democráticas.

Em 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Áreas Protegidas. Nele, o compromisso de inclusão social aparece como elemento fundamental e representa mais um passo em direção à consolidação da gestão participativa dos recursos naturais no Brasil. Falta agora à sociedade entender o seu papel-chave neste processo de proteção,

se juntar aos órgãos de proteção ambiental para, através de ações conjuntas, se comprometerem a cumprir os objetivos de uma gestão negociada e democrática dos recursos naturais.

## NOTAS

<sup>i</sup> Para mais informações, ver M. A. Irving, R. Medeiros, I. Garay (2006)

<sup>ii</sup> O Instituto Estadual de Florestas (IEF) foi substituído pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente) em 12 de janeiro de 2009. O INEA representa o novo instituto que unifica e amplia a ação dos anteriores três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA); a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (**FEEMA**), A Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (**Serla**) e o Instituto Estadual de Florestas (**IEF**),

<sup>iii</sup> O projeto de Recuperação Ecológica da Mata Atlântica desenvolvido em 2007 pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), em colaboração com o Instituto Ambiental Vale do Rio Doce, considera as jaqueiras, os bambus notadamente como pragas que prejudicam a recuperação de espécies nativas da fauna e da flora típicas da Mata Atlântica. No momento da sua elaboração em 2007, este projeto é visto pelo IEF como “*mais um passo do Plano de Implantação e Operação do Parque Estadual da Ilha Grande.*” (Catão, 2008:10)

<sup>iv</sup> Nota-se que as áreas do Parque foram áreas federais até 1968 quando foram transferidas por o Governo do Estado, mesmos se por lei, a Ilha Grande com um todo pertence ao Governo federal, pois a Constituição federal brasileira decreta que as ilhas são do governo federal.

<sup>v</sup> Provetá é a segunda vila mais povoada da Ilha Grande depois do Abraão.

<sup>vi</sup> “*Quando você se destaca, você incomoda, gera ciúme. A autoridade te persegue. Eles têm muito poder, poder demais. O prefeito está amarrado com o juiz, ele com o delegado que está amarrado com o governador. Não tem como correr atrás dos seus direitos, se tem o direito de não ter o direito, o direito de ficar calado. Tudo é irmandade, se protegem entre se. Então se você busca seu direito, não te deixam. (...) O prefeito que se elegeu é primo do antigo. Ele perdeu no Abraão. Então se perder é que não faz satisfação, é que a comunidade está insatisfeita. Porém foi eleito porque ganhou a maioria fora. Em Angra, ganhou bem.*” (Seu Zé)

<sup>vii</sup> O IEF, Instituto Estadual de Florestas, foi substituído pelo INEA (Instituto Estadual do ambiente) em janeiro de 2009

<sup>viii</sup> Ver: SIMMEL, G. (1983); GLUKMAN, M. (1956); HIRSCHMAN, A. 1996; COSER, L.A. (1996)

<sup>ix</sup> Unidade de Conservação (UC) designa “*as diferentes áreas protegidas criadas no país, exceto as terras indígenas, seja pelo poder público ou pela sociedade civil, para atender os objetivos específicos da proteção dos recursos renováveis*” (Medeiros, Irving & Garay, 2006:23)

<sup>x</sup> Segundo os autores : “*Enquanto “proteção” se refere a um conceito integrador a agrupador de diversas práticas e estratégias voltadas para a criação e implementação de espaços protegidos que gozam de um regime especial de uso e demarcação, “conservação” e “preservação” são entendidas como estratégias diferenciadas de proteção dos recursos naturais, visando exatamente estabelecer a práxis da proteção.*” (2006:24).

<sup>xi</sup> Biólogo e ambientalista (1954-2003) citado por H.P Silva (2000:157)

<sup>xii</sup> Para um aprofundamento dos dois tipos de ideais de conflito, ver soares & Irving (2005, p.96)

---

## ANEXO

A seguir, a transcrição do Recorte do « Jornal Opinião Comunitária » intitulado:  
(NB: não foi possível anexar o recorte, pois não pus tirar Xerox na Ilha Grande)

### “ Ilha Grande: o paraíso pede socorro”

19 de agosto de 1988, Edição n° 121, (p.6 &7)

O texto da página seis está dividido em seis parágrafos, cada um apresenta um dos problemas da Vila Abraão: iluminação, saneamento básico, saúde, transporte, cultura & lazer. A página sete conte fotos: uma da igreja na Praça principal “*A beleza e a simplicidade*”, uma de uma casa renovada, uma foto do Casarão bastante destruído pelo tempo (Sede atual do INEA) “... *ameaçada pelo descaso das autoridades!*”

«Até hoje, a Ilha continua esperando que o **Secretário de Turismo** e seus assessores **acordem**, aliás, não só a área de turismo como todo o elenco desse governo chamado **Trabalho**. Até hoje a ilha vive entregue ao abandono total aproximadamente a 23 anos foi concluído o trecho calçado da Vila Abraão e desde então muito pouco ou quase nada se fez, a não ser cobrança de impostos e arbitrariedades, como empreguismo para favorecer pessoas que não trabalham, utilização indevida de funcionários municipais em serviço particular, etc... etc... Além da falta de infra-estrutura para o turismo a CONERJ estabeleceu uma tarifa extorsiva aos sábados, domingos e feriados têm afugentado os visitantes da Ilha Grande. Diante disso, tenho impressão que a visão do turismo é a de um estrangeiro cheio de dólares, sem saber como gasta-lo, na verdade tal procedimento é discriminatório e injusto. Vejamos, pois um exemplo: varias famílias residentes na Ilha tem filhos e parentes próximos que vivem e trabalham fora da ilha, pois bem essas pessoas estão impedidas de rever seus entes queridos pela exorbitância da citada tarifa. Outra parcela de pessoas prejudicadas são os comerciantes, donos de bares, pousadas, campings e outros que pagam seus impostos e contribuem assim com o desenvolvimento regional. Essas pessoas esperam merecer a atenção dos governos -municipal e estadual – para uma pronta solução desses problemas».

**Iluminação:** “Só existe na vila Abraão. O restante da Ilha Grande até hoje continua sem fornecimento de luz elétrica.”

**Saneamento básico:**“Segundo o Sr. Joélio, membro da comunidade, há algum tempo mandou proceder a uma análise da água que se consome na Vila Abraão e o resultado foi desalentador, foi detectado um alto índice de poluição. Não possui rede de esgotos adequada. Parte do esgoto é despejada diretamente na praia.”

**Saúde:** “A saúde na ilha parece mentira mais nos fins de semana quando há maior número de pessoas na ilha, o posto de saúde fica fechado, recentemente um jovem que estava visitando a ilha foi picado por uma cobra venenosa e por falta de socorro imediato, faleceu antes de chegar ao hospital de ]Angra dos Reis, essa situação poderá repetir-se”.

---

**Transporte:** “O transporte na Ilha Grande é muito precário, apenas uma barca fazendo uma rotina que não atende mais as necessidades dos ilhéus. O valor das tarifas de bagagens é elevado e os barcos particulares estão basicamente 80% das cargas que deveriam ser transportadas pela CONERJ. O valor das passagens inviabiliza o turismo. O cadastramento para fins da tarifa diferenciada para os residentes da ilha, afinal esta sendo feito n DPO da Vila Abraão, os interessados deverão ali se apresentar devidamente documentado”.

**Cultura:** “Com relação à cultura a coisa é muito séria, existe um aqueduto próximos as ruínas do antigo presídio, uma obra semelhante aos arcos da Lapa, totalmente abandonado em meio ao matagal, também existe logo na entrada da Vila Abraão, bem ao lado do DPO um prédio grande, construído em 1850, seu teto tudo em pino de Riga, suas grades em ferro em bom estado e vejam bem, até alguns anos atrás serviu como clube dos moradores, onde passava até fomes segundo testemunho de moradores antigos da vila, hoje serve apenas como garagem ou, melhor dizendo, depósito de sucatas da 4ª C.P.M. A fundação Roberto Marinho ou o Projeto Pró-Memória bem que poderiam restaurar aquelas relíquias históricas. Em matéria de cultura e lazer apenas meia dúzia de forros e as crianças e adolescentes apenas a praia suja e nada mais”.

**Lazer:** “Talvez por falta de opções de recreação e lazer, surgiu um grave problema na Vila Abraão, segundo é do conhecimento público, está proliferando um surto de menores viciados em tóxicos, para coibir essa desgraça o Major Salmon, comandante da 4ª C.P.M, está empenhando com os seus comandados, no sentido de prender e processar os traficantes e para tanto se faz necessário que as pessoas de bem colaborem com a ação policial, dando todo apoio possível.

Na página sete, um quadro chamado “reportando” diz :

“A reportagem do Jornal Opinião esteve, domingo, visitando a Vila do Abraão, na ilha Grande e, como antevíamos, e na realidade fomos comprovar para ouvir a população em seus anseios, gravar em vídeo e relatar pelo jornal, as reclamações afloraram. Pessoas mais idosas e pessoas mais jovens não se omitiram em dar suas opiniões de moradores e sabedores, por experiência própria, o que está bom para a Ilha grande, como comunidade.

“Um morador de nome Santiago nos disse: *“Nos falta transporte diário para Angra dos Reis, onde procuramos socorro médico, comércio, escola, e, não é a toa que somos distrito de Angra dos Reis. A falta de luz, hoje, pode ter acontecido devido a um acidente. “O presídio e o prédio da PM, já estão com geradores em funcionamento”*

“Uma mocinha, que estava na praia e não se identificou, reclamou da falta de açougue, farmácia, escola de 2º grau, de uma administração voltada para o bem dos ilhéus, e, se alguém tiver necessidade, durante a noite ou madrugada de procura assistência médica, precisa pedir favores ao presídio para conseguir condução”.

“Um instrutor de turismo, Brederck, com um grupo de alunos, todos moradores de Rio de Janeiro, faziam uma viagem de estudos na Ilha Grande e, para não perder a oportunidade, conversamos

---

com ele. O curso ensina a ser guia de Turismo ecológico e, é patrocinado pela Embratur, que até provar em contrario, não divulgou a idéia entre os jovens angrenses e só tem estudante de fora. Mas, a idéia é boa e deve ser realmente aproveitada. O endereço que me foi dado é: Avenida Nilo Peçanha, 50/1804, telefone 240.8525, e o candidato deve ser formado em Biologia ou Turismo. O curso tem 2 meses de duração”.

“Tentamos falar com o Sr. Antônio Simplicio, que nos disse que a ilha é uma dádiva de **Deus** e que tudo está uma maravilha, não faltando nada. Até o mar tem água salgada. O céu é azul e as árvores são verdes. Mas, ao lado do encantado cidadão estava um outro, **Nataniel de Souza**, que não poupou críticas a tudo e a todos. Disse-nos ele, que a Ilha falta de **tudo**. Transporte, escola, a ponte de atracação está totalmente abandonada, em matéria de saúde, nada funciona e quase nada tem, falta luz constantemente, se alguém ficar doente é um Deus nos acuda por falta de assistência, comunicação, interesse oficial e não se sabe a quem recorrer. A luz parece vaga-lume, ligam e desligam á vontade”.

“Nosso companheiro de redação, Inácio, nos disse que nesta maravilha ecológica falta tudo. O calçamento já tem 23 anos e nada mais foi feito pela Prefeitura, a maioria das ruas, quando chove, viram rios de lama e poças de água. Na ilha o que tem de concreto é o abandono estadual e municipal. Na parte estadual as ruas não são caladas, as casas estão abandonadas. A luz da Ilha Grande é pequena. Quando chove desarma o transformador, deixando a ilha no escuro até que alguém lembre-se e mande consertar.”

“A reportagem do jornal Opinião, depois de ouvir, nas ruas os moradores se dirigiu para a casa do administrador, **Sr. Jorge Martins**. Infelizmente era dia dos Pais e ele estava em Angra dos Reis, comemorando a data com um filho. Nada mais justo...” “Fomos ao posto de saúde, e como era domingo, estava fechado. Rapazes que passavam por ali, no momento, reclamaram quanto ao funcionamento do posto, pois aos domingos e feriados, quando é maior o fluxo de visitantes, não se abre o Poste, e, picado por uns cobra, não recebeu nenhuma tratamento no local, ao se dirigir para Angra dos Reis, faleceu.”

“Saímos do Posto de Saúde e fomos ao Cemitério local. Sem querer ser drástico ou cáustico, o abandono do cemitério só não é pior por ser um cemitério só e não ter mais espaço. Não tem nem sinal que alguém toma conta daquele Campo Santo. Lá, descansa em paz, o famoso Madame Satã”.

“Comemoramos o aniversário de **Inácio**, em companhia de outros amigos, entre os quais estavam o jovem **João Santiago**, que tinha em sua companhia a filhinha de uns 3 anos de idade. Ele, antevendo o futuro, já se preocupa com a falta de escola, com a sujeira das praias e com a falta de área de lazer para crianças e adultos. “

“Encontramos com o **Joélio**, nascido, criado e atualmente novamente morador da Ilha Grande, ele que saiu de lá para servir nas Forças Armadas e se afastou. Entre outras e repetidas reclamações, nos disse que sua casa, em virtude de sua esposa ser enfermeira aposentada, vive constantemente cheia de pessoas que necessitam de cuidados, tais como: injeções, curativos, etc. Segundo ele, o Administrador, tem ordens para se afastar da Ilha em dias de muito movimento de turistas e visitantes. “

---

“O empresário em hotelaria, **Elias Lins**, também reclamou do abandono da Ilha e declarou-se preocupado em proteger o verde que ainda resta ao Paraíso, ele pede que a Ilha seja lembrada no orçamento da Prefeitura. “Dona Lúcia, falou pela Igreja católica. Lá, falta muitas coisas e a conta de luz, este mês em cerca de 7 mil cruzados, é a maior preocupação.”

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES H.H.F.; IRVING M.A. 2006. Olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M.A. (org) *Áreas protegidas e Inclusão social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Aquarius.

CATÃO. H. 2008. Percepções, práticas e poderes relacionados ao ambiente na Ilha Grande –RJ. [IV Encontro Nacional da Anppas, 4,5,6 de junho de 2008. Brasília –DF].

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, “Nossa Própria Agenda”, 1990

COSER, L. A.1996. Conflito (verbetes). In: *Dicionário de pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

COZZOLINO, L. F.F; IRVING M.A. 2006. Gestão em Unidades de Conservação: Um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica de governança na APA do SANA (Macaé – RJ). In: IRVING, M.A. (org) *Áreas protegidas e Inclusão social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Aquarius.

DA MATTA, R. 1978. O Ofício do antropólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. (org.). *Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

EDER, Klaus. 2000 L’environment et le discours écologique: le cas de l’Allemagne. In.:M. ABELES, L. CHARLES, H-P. JEUDY et B. KALAORA, *L’environment en perspective: contexte et représentations de l’environment*. L’Harmattan. Paris

ELIAS, N., SCOTSON, J.L., 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro. Jorge Zahaar Editor.

GLUKMAN, M. 1956. *Custom and Conflict in África*. New-York : Barnes & Nobles Inc.

GOHN, M. G. 2003 *Conselhos gestores e participação sociopolítica* São Paulo : Cortez

---

GRAHAM, J., AMOS, B. & PLUMPTRE, T. 2003. *Governance Principles for Protected Areas in the 21st century*". Durban, UICN

HABERMAS, J. 1982. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar.

HIRSCHMAN, A. 1996. *Auto- subversão*. São Paulo: Cia das Letras

IRVING M.A.; COZZOLINO L.F.F.; FRAGELLI C.; SANCHO A. 2006. Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M.A. (org) *Áreas protegidas e Inclusão social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Aquarius.

LAYARGUES, P.P. 2002. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In. : C.F.B.L.; P.P.L.; R.S.C. (orgs.). *Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate*. São Paulo.

LOPES, J. S. 2004. *Ambientalização dos conflitos sociais. Participação e Controle Público da Poluição industrial*. Rio de Janeiro : Relume Dumará

MAGALHÃES, M.A.F. 2008. Procedimentos para revisão de plano de manejo: Parque estadual da Ilha Grande, RJ. Rio de Janeiro: Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [monografia de graduação].

MEDEIROS, R; IRVING M.A.; I. GARAY. Áreas protegidas no Brasil : Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M.A. (org) *Áreas protegidas e Inclusão social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Aquarius.

PRADO, R.M. 2002. Quem entende do paraíso? Estudo sobre percepções ambientais num contexto de unidades de conservação. [Forum de pesquisa: "Processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdades no espaço público. Abordagens interdisciplinares em uma perspectiva comparada"] In: *Reunião Brasileira de Antropologia, 23*., Gramado

---

\_\_\_\_. 2006. Depois que entrou o Imbamba: percepção de questões ambientais na Ilha Grande. In: \_\_\_\_\_. (org) *Ilha Grande :Do Sambaqui ao Turismo*. Coleção Ilha Grande vol.2, Rio de Janeiro: EdUERJ/Garamond

PRADO, R.M.; CATÃO H. 2008. Fronteiras do Manejo: Embates entre concepções num universo de unidades de conservação. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 26.,Porto Seguro

SILVA, H.P. 2006. Saúde, conflitos ambientais e inclusão social: Dinâmicas sócio-ecológicas em unidades de conservação na Amazônia e na Mata Atlântica. In: IRVING, M.A. (org) *Áreas protegidas e Inclusão social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Aquarius.

SIMMEL, G. 1983. *Sociologia*. São Paulo: Ática.

SOARES, D.C; IRVING, M.A. 2006. Entre a “Paz” e a “Corrente”: Conflitos no Parque Estadual da Pedra Branca- RJ. In: IRVING, M.A. (org) *Áreas protegidas e Inclusão social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Aquarius.

VELHO, G. 1978. Observando o familiar. In: NUNES, E. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

WUNDER, S. A. 2006. História do uso do solo e da cobertura florestal. In: PRADO. R.M. (org) *Ilha Grande: Do Sambaqui ao Turismo*. Coleção Ilha Grande vol.2, Rio de Janeiro: EdUERJ/Garamond

### **Referências eletrônicas**

[www.oecoilhagrande.com.br](http://www.oecoilhagrande.com.br)

[www.ilhagrande.com.br](http://www.ilhagrande.com.br)

[www.inea.rj.gov.br](http://www.inea.rj.gov.br)